



Invertir en la población rural

Republica Federativa do Brasil - Estado Do Ceará

Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades

(Projeto Paulo Freire)

Relatório de supervisão

Relatório principal y apêndices

Datas da Missão: 9-17 junho 2016
Data do documento: Dezembro 2016
N.º do projecto: 1619-BR
N.º do relatório: 4303-BR

Divisão da América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

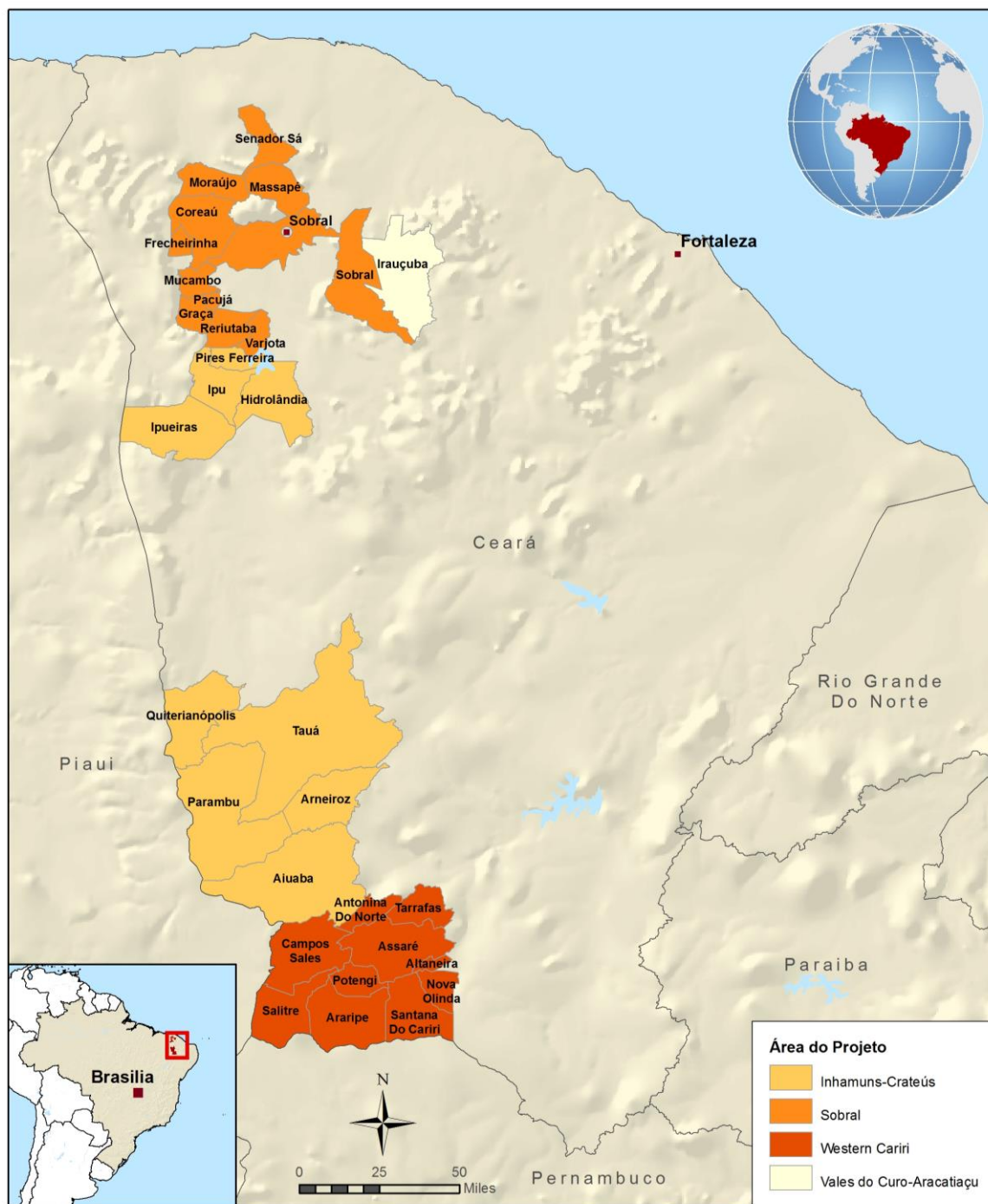
Índice

Acrónimos y siglas	i
Mapa da área do projeto	i
Memorando	2
Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings	20
Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa	23
Apêndice 3: Avanço de indicadores respeito do POA (junho de 2016)	26
Apêndice 4: Aspectos financeiros	28
Apêndice 5: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação	41

Acrónimos y siglas

ATC	Assessoria Técnica Contínua
ATC	Assistência Técnica Continua
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
DAS	Secretário de Desenvolvimento Agrário
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
M&A	monitoramento e avaliação
MI	Manifestação de Interesse
MIP	Manual de Implementação do Projeto
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
POA	Plano Operativo Anual
PPF	Projeto Paulo Freire
PST	Plano de Trabalho Simplificados
SICONV-CE	Sistema de Convênios e Congêneres de Repasse
TdR	Termo de Referência
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UGP	Unidade Gestora do Projeto
URP	Escritório Regional do Projeto

Mapa da área do projeto



FIDA Mapa elaborado pelo FIDA

A apresentação do material deste mapa e as designações utilizadas não implicam na expressão de opinião do FIDA sobre qualquer julgamento de fronteiras, limites geográficos ou de autoridades relacionadas ao mapa.



Invertir en la población rural

Memorando

República Federativa do Brasil – Estado do Piauí
Projeto Paulo Freire

EMPRÉSTIMOS I-882-BR E E-17-BR

Missão de supervisão: 9 - 17 de junho de 2016

A. Introdução

1. Este Memorando apresenta um resumo das conclusões da Missão de Supervisão¹ do Projeto Paulo Freire e detalha acordos sobre medidas e ações necessárias para melhorar a execução e os resultados do Projeto. Durante a permanência no Ceará, a Missão manteve reuniões com o Secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA), o Secretário Adjunto da SDA, o Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), a Coordenadora do Projeto Paulo Freire (PPF) e com técnicos/as da equipe do Projeto. Além disso, a Missão visitou o território do Cariri e Inhamuns, incluindo várias comunidades localizadas nos municípios de Antonina do Norte, Arneiroz, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda e Santana do Cariri mantendo reuniões com beneficiários do Projeto, entidades que prestam assistência técnica às comunidades em ambas regiões (Instituto Flor do Piqui e Caritas Diocesana Crateús). Durante a visita de campo, a equipe também teve a oportunidade de visitar o Escritório Regional do Projeto (URP) em Campos Sales e manteve reunião com a sua equipe. O Memorando foi discutido e acordado com a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e com o Secretário e Secretário Adjunto da SDA.

2. A Missão agradece o apoio recebido pelas autoridades estaduais, pelo pessoal técnico do PPF e da SDA, entidades de assistência técnica e, principalmente, as comunidades visitadas.

B. Avaliação geral da implementação do projeto

3. O Projeto melhorou significativamente desde a última missão de supervisão de março de 2015, embora continua em uma situação preocupante de atraso na execução. Os avanços mais importantes incluem:

- a. Assinatura do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) entre o Governo do Estado do Ceará e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), realizado em junho de 2015, que constitui um instrumento fundamental para a gestão do projeto;
- b. Contratação por meio de processo aberto e seletivo de quase a totalidade do pessoal técnico e administrativo necessário para o funcionamento da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e dos URPs, realizada na sua grande parte em junho de 2016 por meio do PCT mencionado;
- c. Readequação e estabelecimento de infraestrutura (material informático, móveis, etc) na UGP em Fortaleza e nos três URPs: Campos Sales, Sobral e Tauá;
- d. Contratação em setembro de 2015 de entidades de assistência técnica nos três territórios de atuação do Projeto, que iniciaram a partir desse momento o trabalho em 62 comunidades;

¹ A Missão de Supervisão do FIDA esteve composta por Hardi Vieira (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Octavio Damiani (Especialista em Desenvolvimento Rural), Emmanuel Bayle (Especialista em Sistemas Produtivos), Danilo Pisani (Especialista em Gerenciamento Financeiro), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades), Rodrigo Dias (Especialista em Monitoramento e Avaliação), Lea Cardoso Vaz (Especialista em Focalização e Gênero), e Diogo Nascimento dos Santos (Especialista em Aquisições e Contratações).

- e. Formulação de Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs) e Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs) nas 62 comunidades trabalhadas pelo projeto e de 29 Planos de Negócios;
- f. Seleção das 238 novas comunidades na área de abrangência do Projeto, praticamente concluída, elevando sua atuação para 300 comunidades ou 50% do previsto no Projeto;
- g. Conformação dos Comitês Locais do Projeto em cada um dos municípios 31 municípios da área do Projeto;
- h. implementação do estudo de linha de base, que se encontra em estágio avançado;
- i. Esses avanços na execução são muito relacionados com mudanças na coordenação do projeto, que levaram a uma melhora na gestão.

4. Num panorama geral, as visitas realizadas pela Missão de Supervisão em comunidades atendidas pelo projeto nos territórios do Cariri e Inhamuns permitiram verificar que está sendo realizado um trabalho de muito boa qualidade. A focalização em comunidades pobres tem sido adequada, os trabalhos de DRP e elaboração de PDC foram muito participativos, as comunidades se mostram muito interessadas e envolvidas, e os PNs em geral são de boa qualidade, embora fossem identificados casos que precisariam de ajustes significativos para resolver fraquezas em aspectos técnicos e de comercialização, que são detalhadas em outras seções do relatório.

5. Apesar desse progresso no campo, o Projeto continua em uma situação preocupante, principalmente do ponto de vista de execução financeira. Até o momento, o desembolso dos empréstimos (FIDA e Fundo Espanhol) alcançam aproximadamente 15% do seu valor total, e a execução financeira do orçamento previsto para toda a vida do projeto é de somente 5%, embora o comprometido atinja R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Na tabela no. 5 abaixo há uma previsão de desembolso do Projeto até o seu término detalhado por ação. Esses valores de execução financeira são extremamente baixos, tomando em conta que o projeto se encontra praticamente na metade da execução, já que no próximo 26 de junho se cumprem três anos desde sua efetividade, sendo a data prevista de sua finalização 30 de junho de 2019.

6. A execução financeira deverá melhorar até o final do ano, pela execução de ações nos próximos meses, especialmente os PNs já formulados ou em processo de formulação, e pelos pagamentos dos vários contratos que foram firmados recentemente e terão suas faturas executadas nos próximos meses. Porém, é fundamental resolver alguns entraves que atrasam o avanço do projeto e a qualidade de suas ações, entre os quais vale ressaltar os cinco principais e que merecem atenção urgente a seguir:

- a. os mecanismos de aquisições pelas organizações dos beneficiários, que atualmente exigem a administração dos recursos por meio do Sistema de Convênios e Congêneres de Repasse (SICONV-CE), criado pelo Governo Estadual, com base no sistema do Governo do Federal, para a gestão de recursos repassados a entidades públicas ou privadas no marco de convênios para a execução de programas, projetos e atividades de interesse mútuo; o sistema exige o credenciamento de cada organização e que todos os pagamentos de despesas e prestação de contas sejam realizados online por intermédio do portal de convênios, sendo extremamente difícil de gerir para as organizações beneficiárias do projeto, localizadas no meio rural, e na sua maioria sem acesso à internet e com capacidades limitadas de gestão de suas lideranças e sócios;
- b. disponibilidade insuficiente de veículos e combustível de forma ágil para que o projeto possa cumprir suas tarefas de acompanhamento e supervisão dos trabalhos nas comunidades;
- c. entraves para a maior participação de mulheres e jovens nos PNs, relacionados não só com a dinâmica própria das comunidades, mas também com regras estabelecidas no Manual de Implementação do Projeto (MIP) a respeito de tetos de financiamento de PNs por família e por comunidade, assim como de número mínimo de famílias por atividade produtiva apoiada pelo PN; isso também representa um obstáculo para a inclusão de atividades inovadoras, pouco conhecidas e/ou pouco demandadas pelas comunidades;
- d. a falta de estratégias e mecanismos operacionais bem definidos para promover a equidade de gênero, geração e etnia; e
- e. a necessidade de executar o mais rápido possível as ações de mobilização e capacitação em acesso a políticas públicas.

D. Produtos e resultados imediatos

7. Desde a última missão de supervisão, realizada em março de 2015, o Projeto conseguiu avançar na execução de várias ações relevantes, destacando-se as seguintes:

- a. Contratação do pessoal técnico e administrativo necessário da UGP e dos URPs, faltando somente o preenchimento de algumas vagas no URP de Campos Sales, assim como na área administrativa, como explicado nas seções específicas;
- b. Readequação dos espaços físicos e infraestrutura para funcionamento da UGP e URPs;
- c. Assistência técnica contínua por meio das três entidades contratadas pelo Projeto (Instituto Flor do Piqui, Caritas Diocesana Crateús e Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador - CETRA) a 2.480 famílias em 62 comunidades dos 31 municípios da área de abrangência do projeto.
- d. Elaboração de DRPs e PDCs com apoio das entidades de assistência técnica contratadas nas 62 comunidades atendidas até agora, além de 29 PNs. Do total de PNs, 27 deles beneficiará 845 famílias e outros 10 se encontram em fase de elaboração. Entre os beneficiários diretos dos PNs formulados, se encontram 381 mulheres e 160 jovens.
- e. Implementação do estudo de linha de base do projeto, que já se encontra bastante avançado;
- f. Conformação de Comitês Locais do Projeto nos 31 municípios da área de atuação;
- g. Preparação de termos de referência para contratar entidades responsáveis pelas ações de mobilização nas comunidades e para contratar capacitações em acesso a políticas públicas;
- h. Seleção de 238 comunidades adicionais, que levará o projeto a trabalhar com 300 comunidades, ou seja, 50% das comunidades previstas até o final do Projeto;
- i. Preparação da publicação de Manifestação de Interesse (MI) para as 300 novas comunidades para contratação do serviço de Assistência Técnica Contínua (ATC);
- j. Preparação de termo de referência para contratar entidades de assistência técnica para 300 novas comunidades, o que permitirá cobrir a meta de 100% das 600 comunidades previstas até o final do projeto.
- k. Preparação de propostas de capacitação de técnicos das entidades de assistência técnica e dos membros dos Comitês Locais do Projeto.

E. Progresso na implementação do Projeto

E.1. Monitoramento e avaliação (M&A)

8. Linha de base: A empresa selecionada para a atividade de construção da linha de base, Tecnométrica Estatística, entregou o relatório parcial no dia 15 de junho. No entanto, após a análise desta missão, ficou constatado que o mesmo encontra-se incompleto, não satisfazendo as atribuições previstas no termo de referência (TdR). O Projeto Paulo Freire (PPF) solicitará à contratada a entrega do relatório parcial revisado, inclusive com a disponibilização do banco de dados completo, em formato eletrônico, segundo layout disponibilizado pelo FIDA, assim como consta no TdR. A previsão para a finalização do levantamento em campo será até o dia 21 de junho de 2016 e a entrega do produto final com análise estratificada e conclusões para grupo tratamento e controle, no dia 23 de setembro de 2016, data a qual completa os 4 meses para a execução do serviço. O banco de dados das respostas aos questionários será disponibilizado em meados de julho, sendo sua incorporação ao Sistema M&A do FIDA realizada de forma imediata.

9. Cabe ressaltar que o projeto recebeu apoio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), no que se refere a estudos de identificação de comunidades do grupo de controle, referente à aplicação do questionário da linha de base. Há também, a intenção da UGP em envolver a equipe do IPECE na análise do resultado parcial e final da linha de base.

10. Monitoramento dos indicadores do POA/Marco Lógico. De forma geral, a missão identificou avanços no M&A do projeto, como a inserção de informações no sistema informático do FIDA. No entanto, é importante ressaltar que:

- a) Cabe às ERPs o fornecimento à UGP de informações desagregadas acerca da evolução do projeto, bem como dos indicadores de monitoramento do Plano Operativo Anual (POA) e do Marco Lógico;
- b) Cabe a UGP, conceber e implementar um subsistema para acompanhamento das atividades/ações/produções das ERPs, bem como da própria UGP, atividade esta presente no POA 2016 e prevista para ser concluída no mês de junho.

11. No entanto, a missão não identificou a implementação de forma completa ou parcial deste sistema, sendo o acompanhamento dos indicadores realizado sob formas distintas no ERP visitado. A missão recomendou a urgência no cumprimento deste processo, uma vez que o projeto movimentou um volume significativo de informações provenientes dos ERPs. O subsistema será composto pelos seguintes componentes: monitoramento do fluxo de informações das empresas de ATC e das unidades de Ps e UGP; identificação das formas de comunicação; detalhamento dos instrumentos utilizados, padronizações propostas, temporalidade e os cargos dos responsáveis de cada entidade envolvida. Além disso, se acorda que a equipe de M&A será responsável pela realização de seminários mensais, internos à UGP, para a apresentação dos resultados de acompanhamento e uma breve análise destes resultados a fim de subsidiar a tomada de decisão dos gestores do projeto. Destaca-se também a necessidade de atualização do POA 2016 com inclusão de indicadores e codificação apropriada por meio de listagem de atividades e respectivos indicadores, atualização de metas e resultados dos indicadores com relação ao POA e metas do Projeto; análise e comunicação dos dados da Linha de Base, incorporação da matriz de indicadores de gestão e avaliação ao dia-a-dia das atividades de M&A.

12. A missão sugere a aplicação destes resultados nos Relatórios de Progresso, a fim de subsidiar a elaboração documental do andamento do projeto, através da inserção do progresso dos indicadores, análises críticas, modelos de evolução e revisão de metas, estas ajustadas com base nos gargalos e/ou oportunidades identificadas. A missão recomenda uma releitura da estrutura dos Relatórios de Progresso, tornando-os mais consistentes, a fim de atender esta proposta.

13. Foi definido que além dos indicadores do marco lógico e POA, o projeto irá definir a mensuração de outros indicadores relevantes, estes deliberados a partir de reuniões internas com os coordenadores dos componentes e do projeto.

14. A missão informou que entre os dias 11 e 13 de julho haverá o 2º workshop de capacitação em monitoramento e avaliação (M&A), promovido pelo FIDA em Teresina (PI), que irá capacitar e receber a retroalimentação das equipes dos projetos FIDA no país acerca do Sistema Informático de M&A FIDA Brasil. Também será aproveitada a ocasião para discutir os relatórios de progresso semestral dos projetos, com data de entrega no dia 30 de junho, e sua conformidade com as informações necessária de serem preparadas.

15. Ficam os seguintes acordos:
- a. Entrada dos dados de metas e realizados dos indicadores do ML no sistema M&A do FIDA até 20/06/2016;
 - b. Relatório Técnico de Progresso a ser elaborado até 30 de junho de 2016, com inclusão de indicadores e atividades codificadas por indicador;
 - c. POA 2016 atualizado até 30 de junho de 2016, com inclusão de indicadores e todas as atividades codificadas por indicador;
 - d. Entrada dos dados da linha de base no sistema até 15/07/2016.

E.2. Focalização

16. Seleção de comunidades. O processo de seleção de comunidades foi realizado inicialmente pela própria equipe da UGP, que visitou comunidades nos 31 municípios. Destas foram selecionadas 62, duas em cada município, para iniciar o trabalho com a Assessoria Técnica Contínua (ATC). Das 62 comunidades, 11 são de quilombolas, 1 de indígenas e 5 de pescadores artesanais, totalizando 17, ou 27%. Na segunda etapa, foram selecionadas mais 238 comunidades obedecendo a proporcionalidade em relação à população dos 31 municípios que fazem parte do projeto e a partir da articulação com os Comitês Locais de cada municipalidade, conforme critérios estabelecidos no projeto. Uma análise preliminar indica que aproximadamente 8 (oito) são comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores artesanais) e 5 (cinco) são assentamentos da reforma agrária.

17. Para as 300 comunidades selecionadas até o momento a participação das comunidades tradicionais é de aproximadamente 8,3%, o que denota a priorização dada para atendimento às populações tradicionais na estratégia de focalização. Ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de o projeto, e seus parceiros, construírem

ações orientadas ao fortalecimento da identidade cultural das mesmas buscando fortalecer suas capacidades organizativas e produtivas.

18. Estratégias de gênero e juventude. Ainda que tidos como públicos prioritários do projeto, as estratégias de gênero e de juventude têm pouca visibilidade. Nas visitas de campo, não foi possível identificar atividades específicas para esse público prioritário durante os momentos de elaboração do DRP, do PD e do próprio PN. Em alguns casos, as mulheres chegaram a manifestar que gostariam de um apoio diferente ao proposto no plano. As entidades de assistência técnica justificaram que algumas atividades não foram contempladas em função do número mínimo recomendado de 10 pessoas para inclusão no mesmo. Essa recomendação deverá ser revisada, permitindo a incorporação de grupos menores, em especial formado por jovens e mulheres, nos planos a serem elaborados futuramente.

19. Ainda assim, é importante registrar que, dentre os 29 PNs finalizados até o momento, metade apresenta mais de 50% de mulheres beneficiárias e ¼ (um quarto) mais de 25% de jovens beneficiários. Apesar do universo inicial pequeno de projetos elaborados (29 dos 600 previstos), as mulheres somaram 45% e os jovens 19% dos beneficiários diretos.

20. Do ponto de vista da gestão do projeto, a missão identificou que não há um/a especialista ou entidade de referência em gênero, juventude e raça para apoiar as estratégias e ações previstas no desenho do projeto. Vale ressaltar a importância deste ponto focal na inclusão de um enfoque de gênero, juventude e raça, e a coordenação das ações orientadas a esse público dentro das atividades do projeto. Mais do que transversais, essas ações são estruturantes, e devem ser consideradas em todos os níveis de planejamento, atividades formativas e execução de ações produtivas do projeto, englobando tanto as atividades previstas para o Componente 1 quanto para o 2.

21. Nesse sentido, acorda-se a seguinte contratação de entidade de referência e/ou assessoria técnica especializada com as seguintes atribuições: a) orientar o planejamento para inclusão e execução das atividades de gênero, raça e juventude; b) elaborar portfólio e material didático para capacitações; c) oferecer capacitações à equipe de ATCs; d) orientar metodologicamente a implementação das ações de ATC com as comunidades e grupos de jovens e mulheres, a exemplo dos DRPs, PDs, PNs; e) apoiar aos ERPs na operacionalização das estratégias para esse público. As ações deverão incluir ainda o detalhamento e a operacionalização do Plano de Capacitação.

E.3. Aspectos institucionais

22. Inserção institucional e procedimentos de gestão no âmbito da SDA. No âmbito da SDA, o Projeto cumpre com diversos procedimentos de gestão próprios da Secretaria. Alguns desses procedimentos que tem a ver com questões-chaves do Projeto exigem tempo ou capacidades específicas para a execução, destacando-se:

- a. a necessidade de utilizar o sistema SICONV-CE na execução dos convênios de repasse com as organizações, ou seja a execução dos PNs e os Planos Simplificados (PS), o que resulta difícil para as organizações; e
- b. a necessidade de aprovação por Lei dos convênios a serem assinados com as organizações; ou seja, cada PN ou Plano Simplificado deve ser aprovado por lei pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o que exige do cumprimento de certos passos que levam tempo e são sujeitos a riscos de natureza política.

23. Para reduzir esses problemas, serão acordadas medidas apresentadas a continuação, assim como mudanças no MIP para aumentar os valores financiados por PNs, o que entre outras coisas, deverá reduzir o número deles que devem passar pelo processo de tramitação existente.

24. Além disso, o Secretário Adjunto da SDA apresentou uma proposta à Missão de repasse de recursos dos PNs aos beneficiários. A mesma consiste no desenvolvimento de um mecanismo para implementar aquelas compras previstas nos PNs para o produtor/a individual a través de um Cartão do Agricultor Familiar. Esse cartão servirá para realizar as compras previstas nos PNs para investimentos na unidade familiar, no entanto os investimentos para as organizações continuarão sendo realizados por meio de repasse às organizações. O cartão não envolveria transferência de fundos às contas dos agricultores, mas disponibilizaria para cada produtor o valor de investimentos previstos para ele/a no PN, e que seria utilizado para realizar as compras em lojas cadastradas.

25. Cabe salientar que no documento de desenho do projeto, que forma parte do Convenio de Empréstimo, foi previsto que a gestão dos recursos para executar os PNs (tanto aqueles para investimentos da organização como dos membros individuais) seria realizada diretamente pelas organizações comunitárias, as quais

receberiam os fundos do projeto, realizariam as compras de bens e contratações de serviços previstos nos Planos de acordo com regras estabelecidas, e prestariam conta ao Projeto dos gastos realizados. Esse modelo de gestão, associado ao acompanhamento feito pela equipe do Projeto e pela da ATC, é fundamental na concepção do projeto porque: (i) promove a construção de capacidades das organizações comunitárias e as famílias participantes, associados à experiência de gestão de fundos; (ii) promove o controle social do uso dos fundos; e (iii) tem efeitos positivos sobre o empoderamento e sobre o sentimento de apropriação das comunidades, que sentem os investimentos e projetos financiados como próprios e não como investimentos “do projeto” ou “do governo”.

26. A partir das considerações acima, se acorda as medidas seguintes:

- a. Será tramitada uma lei específica para a gestão pelas organizações dos fundos previstos para implementar os PNs, tendo explícita a consideração de que as mesmas não estarão sujeitas ao SICONV-CE.
- b. Será desenvolvido um mecanismo de cartão para realizar as compras previstas nos PNs para o beneficiário/a individual, incluindo a contratação de desenvolvedores de programas, de acordo a essas necessidades. Para isso, será examinada a possibilidade de efetuar um Contrato de Gestão com o Instituto Agropolos para incluir o desenvolvimento do sistema, entre outras atividades. A possibilidade de aplicação do mecanismo será avaliada pelo FIDA na Revisão de Meio Termo (RMT) do PPF em 2017.

27. Coordenação com outras políticas e programas. A execução do Projeto é responsabilidade da SDA, por meio da UGP localizada em Fortaleza. O PPF é considerado como relevante pelas autoridades estaduais, sendo coerente com as prioridades e políticas do Governo do Estado. A pesar de encontrar-se inserido na SDA, o Projeto tem uma coordenação muito limitada de ações com outros programas e políticas públicas executadas pela própria Secretaria. Também não foram realizadas iniciativas visando a coordenação com outras políticas e programas que não formam parte da SDA, tais como o acesso ao crédito. Até o momento, isso é razoável porque a prioridade estava na conformação da UGP, na definição dos mecanismos de gestão fundamentais, e no início de ações nas comunidades por meio das entidades de assessoria técnica.

28. Nos próximos meses, o Projeto iniciará capacitações em políticas públicas, orientadas principalmente a promover o melhor conhecimento dos beneficiários sobre os programas existentes e suas modalidades de acesso. Porém, será importante também promover mecanismos de coordenação entre o Projeto e outros programas, assim como metodologias de trabalho específicas para promover essa coordenação no âmbito da execução dos PNs e dos PD comunitário. A esse respeito, se acordam as medidas seguintes:

- a. Serão incorporados, nos TdR das entidades de assistência técnica a serem contratadas, responsabilidades a respeito da coordenação ao nível local com outros programas e políticas. Essas responsabilidades serão incorporadas nos Planos de Trabalho, assim como nos indicadores de resultados do projeto. Isso implica, por exemplo, o contato com outras instituições relevantes para atender demandas identificadas nos PD e nos PNs, assim como o acompanhamento das organizações para solicitar o apoio desses programas.
- b. Será definida uma metodologia específica para identificar as políticas e programas com os quais seria possível vincular às organizações, especialmente em demandas identificadas nos PD e nos PN, e acompanhar às organizações. Isso implica, entre outras coisas: (i) a identificação dos programas que podem atender as necessidades identificadas nos PD e PNs que não podem ser atendidas pelo PPP; (ii) o contato pelo Projeto e pelas entidades de AT com a instituição responsável pela execução do programa identificado; (iii) a articulação com o Comitê Local do Projeto, a fim de que ele esteja informado e cumpra suas funções de articulação previstas; (iv) o fornecimento de informações necessárias à organização sobre como acessar o programa; e (v) o acompanhamento da organização pela entidade de AT e o projeto para realizar as tramitações necessárias.
- c. Por outra parte, o desenho do Projeto e o Convenio de Financiamento preveem que o Projeto Paulo Freire irá participar do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR). Essa participação seria muito importante para coordenar ações com outros programas e instituições, assim como contribuir a que o projeto esteja bem em linha com as prioridades e políticas estaduais. A coordenação do Projeto tem feito um trabalho integrado e participado dos eventos e das reuniões inerentes ao Conselho. Porém, o Projeto ainda não forma parte formalmente do CEDR. A definição da composição se faz através da

representação das instituições e das entidades da sociedade civil organizada com intervenções e ações no meio rural. O regimento deverá passar por atualização, estando em discussão uma proposta de criação de uma câmara técnica que deverá acompanhar os projetos especiais da SDA. Nesse novo formato, o Projeto teria assento e representação, com direito a voz e voto. A partir dessas considerações, se acorda que a Coordenação do Projeto continuará com as gestões necessárias, a fim de concretizar a incorporação ao CEDR.

29. **Comitês Locais do Projeto.** Ao nível de cada município, foi criado um Comitê Local, constituído por representantes de entidades públicas do Governo Federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos beneficiários. Se estabeleceu um regimento de funcionamento que define as responsabilidades e periodicidade das reuniões, que serão realizadas ordinariamente a cada quatro meses. Em relação a suas responsabilidades, algumas das principais são dar transparência às ações do Projeto, possibilitando o controle social, promover as articulações necessárias à implementação dos Planos de Desenvolvimento, avaliar anualmente o andamento das ações apoiadas pelo Paulo Freire; deliberar sobre as propostas e projetos das comunidades e de suas organizações produtivas; acompanhar e monitorar as ações do Projeto Paulo Freire; e articular e construir parcerias com outros programas e instituições. Chamou a atenção da Missão que, entre suas atribuições, não se encontra claramente estabelecida a de discutir e aprovar a seleção das comunidades em que trabalhará o Projeto, mas somente “debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto. Até agora, os Comitês mantiveram só uma reunião para aprovar sua constituição. No curto prazo, seria importante realizar uma capacitação de seus membros sobre o papel dos Comitês. A partir dessas considerações, se acorda:

- c. Implementar a capacitação dos membros dos Comitês Locais do Projeto, orientada ao bom cumprimento dos objetivos de sua constituição, especialmente o que tem a ver com o controle social e a articulação com outros programas e projetos.
- d. Será definido entre as atribuições dos Comitês Locais a discussão e aprovação das propostas de comunidades a serem selecionadas para atuação do Projeto.

E.4. Estabelecimento da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e dos Escritório Regionais do Projeto (ERPs)

Equipe: Do quadro previsto de 40 profissionais, o Projeto conta atualmente com 37 profissionais sendo que os 3 restantes para completar a equipe estão em processo de seleção, tendo seus termos de referência já publicados. 21 profissionais foram contratados em junho de 2016 por meio de processo seletivo competitivo através do PCT com IICA. A tabela abaixo apresenta o quadro de pessoal do Projeto de acordo com o tipo de contrato. Do total de profissionais no Projeto, 19 (ou mais da metade) estão nas ELPs e 18 na UGP. No total, são 24 mulheres (65%), sendo que na UGP o total de mulheres é de 15 (85%). 3 postos da ERP de Campos Sales permanecem vagos e a expectativa é que a contratação seja finalizada em agosto de 2016. O FIDA demonstrou satisfação com a predominância de mulheres na equipe do Projeto e com o fato da maioria da equipe estar lotada nas ERPs. O FIDA identificou carência em duas áreas chave na equipe do Projeto: gênero, juventude, etnia e licitações. Para gênero, bastante relevante devido à focalização do Projeto, recomenda-se a contratação de especialista ou assessor/a na UGP. Para licitação, crucial para garantir o andamento dos vários processos, foi acordado o edital será relançado, porém para contratação de dois profissionais (um assistente e outro pleno).

Tabela 1. Equipe do Projeto Paulo Freire

	PCT-IICA	Instituto Agropolos	Servidor Público	Total
UGP Fortaleza	11	3	4*	18
URP Sobral	9	-	-	9
URP Campos Sales	3**	1	-	4
URP Tauá	6	-	-	6
Total	29	4	4	37

* Coordenadora do Projeto e três Gerentes (Administrativo e Financeiro; Aquisições; Monitoramento e Controle)

** 3 outros postos republicados e em processo final de seleção com expectativa de contratação para agosto de 2016.

30. Infraestrutura. O espaço físico da UGP foi readequado para acomodar os novos profissionais que foram contratados em junho de 2016. O FIDA observou que o espaço físico da UGP não é adequado e reiterou a importância do Projeto contar com espaço físico apropriado para seu funcionamento. Isso poderá ser feito por meio da readequação e utilização de espaço físico disponível no Estado ou por meio de aluguel de espaço próprio. Quanto aos ERPs, seus espaços foram readequados e todas as três ERPs em Campos Sales, Tauá e Sobral tem espaço físico adequado. Tanto a UGP como aos ERPs contam com mobiliário e equipamentos (informático, etc) adequados para seu funcionamento. Porém, a missão identificou que a falta de veículos na UGP e ERPs tem sido um entrave importante para a operação do Projeto. Atualmente a UGP conta com 3 veículos (nenhuma caminhonete) e aos ERPs contam com somente 1 caminhonete cada. O FIDA recomendou que os ERPs devem contar com pelo menos 3 veículos cada e a UGP também deve ter uma caminhonete para deslocamento ao campo. O tema é urgente e foi acordado com o Governo que de forma imediata e temporária 4 veículos para os ERPs, com combustível suficiente para locomoção, serão disponibilizados por meio do Contrato de Gestão com o Instituto Agropolos. Foi acordado que a SDA irá encaminhar para análise do FIDA uma minuta de Contrato de Gestão com o Instituto Agropolos, que também irá incluir outras atividades entre as quais capacitações e desenvolvimento de sistemas.

E.6. Componente 1 (C1): Desenvolvimento de capacidades

31. Assessoria Técnica. Três entidades foram contratadas para prestar AT Contínua (ATC) nas 62 comunidades selecionadas em 2014. Elas estão trabalhando em campo desde setembro de 2015, visando atender aproximadamente 2.500 famílias, conforme tabela abaixo. A previsão é que as entidades citadas acompanhem estas famílias durante 3 anos.

Tabela 2. Atendimento geral de ATC em curso (junho de 2016)

Entidade	Região	No. de municípios	No. de comunidades	No. de famílias atendidas
CETRA	Sobral	16	32	1.280
Caritas Crateús	Inhamuns	5	10	400
Flor do Piqui	Cariri Oeste	10	20	800
Total		31	62	2.480

32. Nos 9 meses já trabalhados, estas três entidades têm realizado um número de atividades significativo. Cabe destacar a realização de 62 DRPs e os correspondentes PDs. Ato seguido, foram trabalhados 29 PNs, que encontram-se em diferentes estágios no processo de elaboração e aprovação, conforme próxima seção. Para além destas atividades centrais, as entidades de ATC realizaram muitas outras atividades junto às famílias (visitas familiares, eventos de capacitação e intercâmbio, viabilização de participação em feiras, implantação de cisternas e outras iniciativas semelhantes). Também promoveram a aproximação das comunidades com diversas iniciativas públicas (distribuição de sementes, eletrificação rural, etc.). A Missão pode constatar que existe uma dinâmica de trabalho muito boa nas comunidades e, até certo ponto, nos municípios, com atendimento de ATC pelo PPF. Seria importante que a riqueza deste processo possa ser registrada, mesmo que de forma resumida de modo a possibilitar sua sistematização. Seria importante criar uma forma de traduzir os registros espontâneos dos participantes e os números colhidos pelo sistema de monitoramento numa narrativa coerente sobre os processos de desenvolvimento que estão ocorrendo nas comunidades.

33. Cabe também fazer algumas observações sobre o dispositivo de ATC atual. A primeira se refere a alguns pequenos desajustes em termos das prioridades de trabalho nas comunidades, muito bem identificados pela equipe do PPF. Assim, por exemplo, a equipe da UGP informou que havia atrasos relativo na preparação de PNs na região de Sobral. Sem dúvida, estes pequenos problemas deverão sanados em breve, na interação da equipe do PPF (ELPs e UGP) com as entidades. Por outro lado, os contratos de ATC em curso, preveem uma relação de 1 técnico/a para 2 comunidades, quando a relação prevista no Relatório de Desenho era de 1 técnico/a para 4 comunidades. Isto tem um lado muito positivo, na medida em que permite fazer um trabalho junto às famílias com maior velocidade e qualidade. No entanto, esta escolha aumenta o custo da ATC e pode ter uma relação com questões metodológicas, tais como o equilíbrio entre as atividades feitas na comunidade com 'grupos', quando comparadas com as 'visitas familiares', que são um instrumento de ATC de bastante utilidade, mas que consome bastante tempo das equipes.

34. Cabe assinalar que uma projeção, feita pela Missão, dos gastos com esta atividade nos moldes atuais não permitiria atender todas as famílias previstas no relatório de desenho do Projeto. A Missão recomenda então

estudar e experimentar, nos próximos contratos de ATC, um sistema que trabalhe com uma proporção de um técnico para três ou para quatro comunidades.

35. Já foi dado início ao processo que levará à seleção das entidades que prestarão para novas comunidades e famílias, sendo preparados os TdR respectivos. Espera-se que isto possibilite a contratação da ATC para mais 238 comunidades que já foram selecionadas pelo PPF.. Em seguida, deverá ser contratada ATC para mais 300 comunidades. O edital de 'Manifestação de Interesse' para contratação do serviço de assistência técnica para 238 novas comunidades selecionadas já foi lançado e se encontra na PGE.

36. Além da assistência técnica contínua, o PPF também poderá fornecer AT Especializada, conforme apareçam as necessidades. Cabe registrar que este tipo de assessoria poderá ter diversos formatos, como por exemplo, a produção de uma planta de unidade de beneficiamento, a realização de um curso para lideranças e/ou produtores/as, etc. Neste âmbito da assessoria especializada, existe uma urgente necessidade a respeito de desenvolver as capacidades das lideranças comunitárias para a gestão dos recursos dos PNs e, em particular, a prestação de contas. Uma possível solução seria a contratação de consultores com este perfil, a serem alocados nas ELPs, tendo como missão específica a capacitação das lideranças das associações neste tema e o acompanhamento dos PNs. Assim, a Missão recomenda que isso seja analisado e, assim que um maior volume de PNs forem assinados, uma solução para esta demanda seja implementada.

37. Capacitação em políticas públicas. Existe um conjunto bastante amplo de políticas públicas federais e estaduais de apoio à agricultura familiar. Ao mesmo tempo, constata-se que muitas famílias ficam à margem delas. Como previsto no desenho, o PPF deverá promover uma ampla capacitação sobre as políticas públicas e os mecanismos de acesso a elas, atingindo potencialmente o conjunto da população rural dos municípios atendidos pelo Projeto (em aproximadamente 1.600 comunidades). Para realizar esta tarefa o PPF deverá contratar entidades que tenham a capacidade necessária para realizar esta atividade.

38. A primeira iniciativa do PPF de providenciar neste âmbito a preparação de uma cartilha sobre o tema, que deverá servir como recurso didático para os eventos de capacitação. Além disso, a Missão foi informada que foi iniciado o processo de seleção e contratação da primeira leva de eventos de capacitação, via o PCT do IICA. Nesta contratação inicial está prevista realizar 600 eventos de capacitação, atendendo a 24.000 famílias. Após a revisão do IICA, este edital deverá ser publicado. Espera-se que isto aconteça até o dia 30 de junho.

39. Formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra. A principal atividade prevista nesta linha será orientada para os jovens que queiram desenvolver diferentes tipos de empreendimentos econômicos, principalmente no âmbito agropecuário, mas também em outros âmbitos. Cabe à equipe do PPF a identificação e a mobilização de grupos de jovens para participarem de capacitações e, posteriormente, possam acessar apoios que permitam colocar em prática os projetos produtivos que possam desenvolver. Na discussão com a equipe do PPF foram citados diversos possíveis parceiros, tais como os Sindicatos (STTRs e Sintraf) e as EFAs.

40. Fortalecimento das equipes parceiras. Quando as três entidades contratadas iniciaram as suas atividades, em setembro de 2015, o Projeto organizou momentos de capacitação inicial para estas equipes, principalmente sobre o próprio Projeto Paulo Freire, as políticas da SDA e diversos aspectos operacionais, entre outros temas. Estão sendo pensados agora três eventos de intercâmbio entre as equipes das três entidades sobre temas dos quais cada uma tem maior domínio. A equipe do PPF informou que outras capacitações são necessárias, mas que a dificuldade material de operacionalizar qualquer evento de capacitação estava sendo um entrave importante neste âmbito. Espera-se que sejam encontradas formas de superar este entrave rapidamente.

41. Mobilização social. Seguindo orientações do Setor Jurídico da SDA, os 'mobilizadores' deverão receber uma bolsa mensal, de forma parecida com o que acontece com os bolsistas com os quais trabalha hoje a EMATERCE. Esta proposta requer que seja aprovada uma lei estadual na Assembleia Legislativa. Pelas informações repassadas, a minuta desta futura lei está em preparação na SDA, devendo seguir para a Casa de Governo e, posteriormente, para a Assembleia. Diante destes fatos, a Missão gostaria de solicitar que este processo seja conduzido da maneira mais célere possível, já que a presença dos 'mobilizadores' no campo proverão um apoio valioso para o Projeto.

E.7. Investimentos produtivos

42. A atuação geral deste componente se articula em torno da elaboração e implementação de Planos de Negócios (PN) e Planos de Trabalho Simplificados (PTS). As tabelas abaixo mostram os avanços em termo de elaboração dos Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP), Planos de Desenvolvimento (PD) e PN.

Tabela 3. DRP, PD, e PN

Escritório Regional	Comunidades identificadas primeiro lote	DRP realizados	PD finalizados	PN finalizado	PN em finalização na UGP	PN em finalização nos ELP
Inhamuns	10	10	10	1	5	2
Sobral	32	32	32	3	5	3
Cariri	20	20	20	5	8	2
Total	62	62	62	9	18	7

Tabela 4. Família e valor por PN

Região	Famílias por PN	R\$ total por PN	PN com mais de uma produção
Cariri	34	275.482	42%
Inhamuns	34	306.731	50%
Sobral	27	250.747	33%
Média do Projeto	32	273.817	41%

43. O acesso a investimentos produtivos. De forma geral, a metodologia de elaboração baseada na realização do tripé diagnóstico rápido participativo, plano de desenvolvimento (PD) e PN, foi um processo bastante positivo. Porém, a missão identificou fragilidades importantes, que comprometem a viabilidade dos PN. As principais são as seguintes:

- A questão do **acesso a água** para produção agrícola não está sendo considerada com a atenção necessária durante a elaboração dos PN. Investir em infraestruturas de captação e armazenamento de água, incluindo sistemas de reúso da água (bioágua), será um fator evidente de aumento da viabilidade dos investimentos realizados pelo Projeto e dos investimentos recebidos pelas comunidades em geral. A missão recomenda que seja definido até o 30/09/2016, uma estratégia operacional de acesso a água incluindo a de investimentos tais como barreiros, barragens subterrâneas, melhoria de nascentes, poços amazonas e tubulares, cisternas de enxurrada sendo que esses investimentos serão de uso coletivo e os aspectos legais a serem atendidos (obtenção de outorgas para perfuração de poços). A missão realça a necessidade de trabalhar tanto os aspectos de captação de águas de chuva como o acesso a água subterrâneas. O financiamento desses investimentos deveria entrar nos PN, ou ser objeto da elaboração de Plano de Trabalho Simplificados (PST). Portanto, considerando a importância deste tema, durante a elaboração dos próximos PN, cabe as ATC e as equipes das ELP, identificar investimentos específicos de acesso a água.
- Para uma mesma produção, é frequente que a proposta mencionada no **PN, seja exatamente a mesma** entre as comunidades (mesmo quantidade de animais, mesmo itinerário técnico, mesma finalidade de produção, etc.). A missão questiona a viabilidade e a pertinência de tais propostas e recomenda que as equipes de ATC, dos ELPs e da UGP não pratiquem a reprodução de modelos padrões, sabendo que eles não permitem considerar as especificidades de cada local e cada grupo de beneficiários. Por exemplo, na região de Sobral, 7 dos 8 PN elaborados contem a atividade de apoio a avicultura. A intensidade da AT e a metodologia de trabalho do Projeto, permitem que a implementação siga um caminho mais adaptado a demanda e perfil de cada comunidade.
- As comunidades visitadas mostram que a questão da **gestão dos PN e das atividades** apoiadas apresenta fragilidades e falta de definição. Isso vale tanto para as questões de gestão financeira para a implementação (realização das aquisições e prestações de conta) como para a gestão no sentido da organização dos beneficiários para o uso e a manutenção de investimentos coletivos. Essa situação é ainda mais preocupante no caso das comunidades que criaram uma associação com a chegada do PPF e, portanto, não têm experiência. A missão recomenda que esses temas sejam mais aprofundados durante a elaboração dos PN.
- As propostas técnicas em alguns PN levantaram questionamentos sobre a viabilidade das atividades propostas, como por exemplo a ausência da palma forrageira e da silagem na estratégia de

alimentação dos caprinos e ovinos, ou o uso de ração comercial para a criação de aves. Esses pequenos exemplos mostram a necessidade de dedicar o tempo e atenção para elaborar propostas mais adaptadas à realidade dos beneficiários e do contexto local. Neste sentido, a missão reforça a necessidade que as propostas técnicas apoiadas nos PN, considerem, quando necessário, a inserção de práticas de proteção e recuperação dos solos, entre outras ações ambientais, numa perspectiva de fortalecimento da viabilidade das atividades agrícolas.

- e. Em muitos casos, a questão da **comercialização** dos produtos oriundos dos PN não foi abordada de forma suficiente. A missão constatou inconsistências preocupantes, que podem conduzir a sérios problemas de viabilidade das atividades apoiadas. Nas condições atuais, o mercado local não tem condições de absorver de repente e de forma concentradas, quantidades importantes de um mesmo produto (por exemplo lotes de aves) e nem os produtores estão preparados para acessar a diversos canais de venda. É imprescindível que a elaboração dos PN seja feita de forma mais criteriosa, trabalhando com projeções realistas, realizada em nível da família, da comunidade e da pequena região. Em função dessas projeções, o dimensionamento e a diversificação das atividades produtivas deverão ser considerados.
- f. De ponto de vista do **dimensionamento das propostas**, a missão recomenda que o apoio quantitativo não seja tão importante como foi constatado em certos casos (por exemplo 3 lotes sucessivos de 100 pintos por família). A viabilidade desses PN tanto ao nível de cada família como ao nível da comunidade, não está garantida, sobre tudo se a atividade apoiada é uma inovação para as famílias beneficiárias e se a questão de comercialização deve ser construída. A missão recomenda que o dimensionamento dos apoios seja mais adequado com as capacidades das famílias e das comunidades, e que o Projeto apoie estratégias de crescimento a partir da evolução da capacidade de cada família.

44. A luz das informações mencionadas acima, a missão recomenda que os **PN em fase de elaboração e finalização sejam revisados até o 15/07/2016**, para efetuar pequenos ajustes que poderão aumentar a viabilidade. Não se trata de revisões profundas, mas de leves adequações sem alterar a finalidade dos PN.

45. A missão acha relevante organizar até o 08/07/2016, uma reunião com as equipes das ATC, ERPs e UGP para compartilhar os pontos levantados e realizar os ajustes necessários para melhorar a qualidade da intervenção das ATC nas comunidades e consequentemente da qualidade dos PN elaborados. A missão destaca que o resultado esperado está dentro do escopo da atuação das entidades de ATC, as quais apresentam o perfil institucional e as capacidades para aprimorar a qualidade do apoio as comunidades, considerando que os pontos acima mencionados são questões elementares vinculadas a viabilidade de atividades econômicas.

46. Durante a elaboração de alguns PN, foi solicitada a construção de **unidades de beneficiamento de alimentos** (casas de farinha, casa de extração de mel, beneficiamento de fruta). Sendo que ainda não foram definidas e acordadas plantas padrões e de acordo com os padrões vigentes sanitárias e ambientais, a missão recomenda que continuem sem atender essas demandas durante a elaboração, considerando que os recursos do Projeto não pode financiar infraestruturas que não atendem as leis sanitárias. Torna-se urgente a contratação de uma AT especializada nesta área.

47. Na perspectiva de diversificar as formas de acesso aos beneficiários, contatos foram estabelecidos com **cooperativas ou organizações econômicas** que trabalhem com agricultores familiares na área de atuação do Projeto. O número de PN com cooperativas será limitado e deverá se situar em torno de 5. A COAMP (Cooperativa Agrícola Mista dos Pequenos Produtores do Município de Parambu) enviou uma primeira proposta. A missão confirma a importância de trabalhar com este tipo de parceiro e recomenda para isso: i) que seja contratada assessoria especializada para elaborar esses PN das cooperativas que atendem os critérios de seleção, ii) que os PN elaborados tenham condição a incorporação de novas famílias como sócias.

48. O desenho do Projeto prevê o uso de **Planos de Trabalho Simplificado (PTS)** principalmente para ações de cunho de recuperação ambiental e para apoiar a implantação de inovações (unidades demonstrativas). A missão recomenda que esse instrumento também seja utilizado em complemento aos PN, para financiar investimento de acesso a água, relacionados as atividades apoiadas no PN. Nesses casos seria elaborado um só convênio com a associação, abrangendo o PN e o PTS. Essas condições de acesso deverão ser detalhadas para a atualização do MIP.

49. A missão identificou a necessidade de realizar (e mencionar no MIP) ajustes sobre os critérios de acesso aos PNs e PTS:

- a. No caso dos PN, uma atividade produtiva pode ser apoiada se **pelo menos 5 famílias são atendidas**. No caso dos PTS, este número mínimo pode ser de 3 famílias (para contemplar iniciativas em torno de inovações por exemplo);
- b. Um mesmo PN ou PTS pode atender **mais de uma atividade produtiva e pode incluir pequena infraestrutura hídrica**;
- c. Os PNs e PTS com valor de **repasse acima de USD 150.000 precisarão da revisão e Não Objeção** do FIDA;
- d. Dentro dos PN e PTS, o valor máximo por família a ser financiado pelo Projeto será de USD 2.500. No caso de PN e PTS que constam com mais de 50% de mulheres beneficiárias, que contemplem atividades destinadas a mulheres e jovens ou que contemplem pequenas infraestruturas hídricas para produção agrícola, sendo o **valor máximo por família é de USD 3.500**;
- e. Todos os valores mencionados acima se referem ao **valor do repasse**, ou seja, ao valor financiado pelo Projeto, e, portanto, não consideram o valor da contrapartida.

50. A missão recomenda que os pontos acima mencionados sejam cuidadosamente considerados para a elaboração dos próximos PN. O FIDA está trabalhando no aprimoramento do roteiro de elaboração dos PNs (previsão de repasse ao PPF em agosto 2016) o que deverá favorecer a melhoria da qualidade tanto no processo de elaboração como no resultado final do PN.

51. Considerando o aumento da equipe do Projeto e a próxima seleção de entidades para as novas comunidades, é necessário aprimorar e/ou definir ferramentas de planejamento (em nível da ATC, ERPs, UGP) e monitoramento das atividades vinculadas a elaboração dos PN.

52. Uma parte da composição do orçamento do Projeto está constituída pelo acesso ao crédito dos beneficiários, os quais devem receber apoio das ATC neste sentido. A missão elaborou e entregou à UGP uma tabela que servirá para levantar as informações neste sentido.

F. Aspectos financeiros

F.1. Gestão financeira.

53. O Projeto apresenta uma estrutura de gestão financeira com os arranjos, procedimentos e práticas que garantem o controle interno e o desempenho das funções administrativas, financeiras e contábeis de forma razoavelmente satisfatória. O sistema estadual garante os controles internos eficientes em nível da SDA, porém ainda não está disponível o Sistema de Informações Gerenciais do Projeto. Em aquisições, nota-se dificuldades por parte da UGP quanto ao processo sob normas internacionais, de dispor de pessoal especializado neste tema e em alguns processos de avaliação. A missão do FIDA efetuou a avaliação da gestão financeira do Projeto e o nível de risco significativo devido à indisponibilidade do Sistema Financeiro Contábil do Projeto e previsão orçamentária, pelo atraso na entrega do Relatório de Auditoria de 2013 e 2014, pela incompletude de uma equipe interna de licitações e baixa execução. Porém nota-se que estes óbices têm boas condições de serem superados em breve, uma vez que uma versão adiantada do Sistema foi apresentada na missão; a auditoria de 2015 já foi realizada e um processo para contratação de dois profissionais para licitações será lançado.

- (a) Equipe: A equipe financeira da UGP está composta por dois profissionais dedicados, sendo um Gerente Administrativo e Financeiro e uma Especialista Financeira que cumprem as responsabilidades de orçamento, contabilidade, desembolsos, tesouraria; e uma profissional de apoio administrativo que atendem também as demais gerências. A Gerência Financeira necessita de um profissional de apoio administrativo exclusivo para suporte na atualização dos sistemas financeiros, de controle de patrimônio e acompanhamento de convênios e contratos.
- (b) Sistema Contábil Financeiro, Contabilidade e Relatórios Financeiros: A SDA conta com vários sistemas informáticos estaduais de gestão financeira eficientes em moeda nacional, assim como de monitoramento físico e de planejamento, que não permitem a contabilidade e a geração de relatórios

financeiros de acordo com os requerimentos do FIDA (SOE, SS, C-10, C-11) nas moedas dos empréstimos. A UGP apresentou uma versão adiantada do Sistema e informou que a expectativa de operar o sistema até 30/07/2016. Atualmente, a contabilidade do Projeto está sendo realizada em Excel gerando documentos e relatórios adequados até o momento, devido ao pouco volume de transações.

- (c) Planejamento e Orçamento: O POA 2016 da ordem de R\$ 32,8 milhões(USD 8,3 milhões), foi devidamente enviado no prazo, composto por R\$ 15 milhões (46%) FIDA e R\$ 17,8 milhões (54%) do Governo do Ceará, assim definidos: i) Componente 1, R\$ 10 milhões; ii) Componente 2, R\$ 15 milhões; iii) Gestão do Projeto, R\$ 7 milhões e iv) M&A, R\$ 1,8 milhões. **A execução do POA até o mês de maio/2015 é de apenas R\$ 465 mil, apenas 1,5%**, demonstrando que há a necessidade de cumprir fielmente o Plano de Ação Acordado nesta missão. A missão não identificou valores compatíveis do POA com a Lei Orçamentária Estadual de 2016.
- (d) Controle Interno: A versão revisada do manual de gestão financeira foi apresentada ao FIDA na Missão, que informou que irá realizar a análise até o dia 10 de julho. A Missão teve reunião com o setor de controle interno na SDA e da CGE e proferiu solicitações para o acompanhamento dos apontamentos de auditoria e de missões de supervisão.

F.2. Desembolsos.

54. O desembolso até o momento em 3 (três) parcelas dos fundos do FIDA (USD e EUR), equivalentes a USD 6 milhões (15%) correspondente ao adiantamento inicial e a uma comprovação de gastos. Estes recursos foram transferidos integralmente à conta operativa do Projeto, que recebe também os desembolsos de contrapartida. Despesas: **O gasto total do projeto até 30/05/2016 é de US\$ 4 milhões, ou 5% do valor total do projeto**, sendo recursos executados **FIDA de apenas USD 1,7 milhão (4%)**. A missão demonstrou sua preocupação para a baixa taxa de execução de apenas 5% no terceiro ano do Projeto, o que mantém o Projeto classificado como “em risco”. A UGP discutiu com o FIDA o cronograma de desembolso abaixo que contempla compromissos contratados, em execução e planejado com PNs, AT, mobilizadores, Capacitações, Gestão, M&A e outras ações:

Tabela 5. Cronograma de desembolso

Descrição	Previsto	FIDA	% Des
VALOR DO PROJETO	94,60	40,00	
Executado/Desembolsado até MAIO/2016	4,00	6,00	15%
2016 TOTAL	9,80	4,90	12%
PNs	2,10		
ATCs, ATE, Mob, Capacitações	4,30		
G,M&A e IICA	3,40		
2017 TOTAL	32,20	11,90	30%
PNs	15,90		
ATCs, ATE, Mob, Capacitações	10,30		
G,M&A e IICA	6,00		
2018 TOTAL	34,70	12,57	31%
PNs	19,20		
ATCs, ATE, Mob, Capacitações	10,30		
G,M&A e IICA	5,20		
2019 TOTAL	13,90	4,63	12%
PNs	5,40		
ATCs, ATE, Mob, Capacitações	4,30		
G,M&A e IICA	4,20		
Projeção total execução	94,60	40,00	100%

55. A tabela seguinte apresenta a situação corrente em termos de elaboração dos PN.

Tabela 6. Situação dos PNs: previsão financeira em investimentos produtivos

Situação do PN	Total de PN	R\$	USD
PN assinado	1	390.000	111.429
PNs-2016 – em análise – primeiras comunidades	28	6.845.428	1.955.837
Previsto - primeiras comunidades selecionadas	33	8.200.500	2.343.000
PNs 2017	388	96.418.000	27.548.000
PNs 2018	150	37.275.000	10.650.000
Total geral	600	149.128.928	42.608.265

F.3. Fundos de contrapartida.

56. Fundos de contrapartida. Até o presente momento a contrapartida estadual aportada ao projeto foi USD 3,3 milhões, 8% do total pactuado da contrapartida do governo, suficiente para atender as necessidades requeridas até o momento. **A execução da contrapartida foi de USD 2,5 milhões (6%).** O valor dos recursos de contrapartida previstos para 2016 é de R\$ 17,8 milhões, não tendo sido identificados a totalidade de sua previsão no Orçamento do Estado do Ceará. A missão solicita que a UGP tome as providências necessárias para a regularização deste compromisso contratual.

F.4 Cumprimento das Cláusulas Contratuais.

57. Foram em sua maioria cumpridas de forma satisfatória. Algumas encontram-se em processo de cumprimento, tais como a disponibilidade do sistema de informação gerencial contábil e outras permanecem não cumpridas, como: incorporação formal ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), que tem seu regimento interno datado de 2009. A UGP informou que tem feito um trabalho integrado e tem participado dos eventos e das reuniões inerentes ao Conselho, todavia a efetiva legalidade do PPF na composição do CEDR, ainda está em fase de preparação. A missão solicita a atenção para o atendimento aos pontos acima descritos dos dispositivos legais acordados.

F.5. Aquisições e Contratações.

58. A UGP conta com a Comissão de Licitação 04 da PGE e com a equipe de licitações do IICA, para conduzir as contratações realizadas no âmbito do PCT/IICA. As normas de aquisições são de conhecimento dos agentes responsáveis e estão dispostas no Manual Financeiro do Projeto.

- (a) Equipe: A equipe de licitações da UGP é composta por duas profissionais, sendo uma Gerente de Aquisições, e uma profissional recém contratada no cargo de Especialista em Aquisições. Uma adequada equipe capacitada é necessária já que a área cumpre as responsabilidades de acompanhamento dos processos de aquisição e contratação, atuando ainda na revisão formal dos Termos de Referência e demais documentos de licitação.
- (b) Revisão posterior de processos de licitações: Foram realizadas algumas análises tanto em processos já concluídos quanto em processos cuja contratação ainda está em andamento. Entre os processos selecionados para acompanhamento preponderaram as aquisições pelo método da Comparação Nacional de Preços (Shopping), e contratações por seleção de consultores. Foram proferidas algumas sugestões e recomendações para o aprimoramento dos processos de aquisição em geral, bem como oferecidos alguns esclarecimentos sobre pontos específicos levantados pela equipe da UGP. Quanto às fragilidades e inadequações identificadas, o FIDA irá solicitar providências diretamente à UGP por meio eletrônico. A missão do FIDA acordou com a UGP o relançamento do processo seletivo para contratação de profissionais para área de aquisições, sendo um cargo para Especialista Pleno e outro para Assistente. Com as referidas contratações espera-se que a equipe de aquisições do Projeto tenha plenas condições de responder com qualidade e celeridade às demandas de formalização, acompanhamento e gestão das informações relativas aos processos de aquisição e contratação. Desde a última missão foram concluídos os processos de Estudo da Linha de Base e processo seletivo de técnicos para a UGP. Para este último foram relançados 3 postos. Em andamento estão os processos de seleção de provedores de ATC; e produção de cartilha e capacitação de acesso às políticas pública.

- (c) Processos de despesas: uma amostra destes processos foi revisada e foram acordadas medidas a serem tomadas para a boa gestão, especificamente a aprovação de relatórios de viagens. Quanto aos ativos, há um bom controle da gestão patrimonial, com o controle de circulação dos ativos fixos e inventários anuais.
- (d) CEL-04: A missão do FIDA realizou reunião com a CEL-04 a fim de harmonizar alguns pontos recentemente levantados junto à UGP, como a questão da publicação do Termo de Referência junto com a Solicitação de Manifestação de Interesse. Considerando as informações trazidas pela CEL-04, a missão concorda em flexibilizar o entendimento para admitir que os TdR's sejam publicados já na fase de Manifestação de Interesse desde que acompanhados de informação que garanta a possibilidade de alteração do TdR até a fase de Solicitação de Propostas, quando este será apresentado em sua versão final.
- (e) Vedações para o período eleitoral: Em reunião com a SDA, a missão FIDA foi informada que as ações ligadas ao Projeto não sofrerão interferências relacionadas à lei eleitoral. Segundo a SDA, as vedações trazidas pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de abril de 1997) não afetarão o PPF neste ano em que será realizado pleito na esfera municipal.

59. Planos de negócios de organizações comunitárias. A lei estadual específica que permite adequar os requerimentos e procedimentos do novo Sistema Estadual de Convênios e Congêneres às características particulares das organizações é fundamental para responder à necessidade do projeto. **Sem a aprovação da lei, estima-se que implementação dos Convênios será prejudicada quanto a sua prestação de contas e *modus operandi* de pagamentos de despesas.**

60. Gestão de serviços administrativos. a SDA apresentou à missão uma proposta de realização um contrato com o Instituto Agropólos, Organização Social (OS), que apoia as diversas atividades da SDA no cumprimento de seus objetivos. Este contrato tem a finalidade de prover maior agilidade aos seguintes insumos: organização de eventos em campo, oficinas, aluguel de transporte/veículos, logística, internet e alimentação, entre outros. A Missão demonstrou-se receptiva na avaliação da proposta e acordou que será enviado ao FIDA uma comunicação contextualizada incluindo montantes, atividades, insumos desejados, taxa de administração e minuta do contrato e *modus operandi* para sua revisão, cuja resposta, o FIDA realizará até 08/07/2016.

61. Projeto de Cooperação Técnica com IICA: A cooperação firmada tem fluído de forma satisfatória desde janeiro de 2016 e tem viabilizado a contratação de pessoal técnico especializado, de serviços e consultorias, bem como viabilizado logística para o desenvolvimento das atividades em campo.

Tabela 7. Resumo Execução PCT IICA-SDA (30/05/2016)

Data Assinatura	21/08/2015	Valor repassado	R\$ 4.142.472,65
Data Término	04/08/2018	Rendimentos	R\$ 80.333,44
Valor do Convênio	R\$ 22.719.915,63	Valor Repassado +Rendimentos	R\$ 4.222.806,09
Valor repassado	R\$ 4.142.472,65	Comprovado/Executado	R\$ 260.414,57
Saldo a repassar	R\$ 18.577.442,98	Valor a comprovar	R\$ 3.962.391,52

F.6. Auditoria.

62. A empresa selecionada para auditar as contas do projeto relativas ao ano de 2015 realizou os trabalhos em tempo oportuno, apresentando ao Projeto a minuta do Relatório de Auditoria que foi repassado à missão. A UGP informou que o Relatório de Auditoria será entregue ao FIDA no prazo contratual de 30/06/2016. A missão renovou a solicitação de que os Relatórios de Auditoria sejam sempre enviados ao Setor de Controle Interno da CGE e TCE para o devido acompanhamento destes.

63. Em relação aos apontamentos identificados no Relatório de Auditoria de 2013 a 2014, a missão identificou atrasos no atendimento às recomendações, especialmente quanto a: i) implementação de plano de ação e ações para recuperação dos atrasos acumulados no desempenho físico e financeiro do projeto; ii) elaboração de Demonstrativos nas moedas do Contrato e em dólar equivalente; iii) liberação de senha para acesso ao Sistema governamental S2GPR aos profissionais da UGP; e iv) implantação do Sistema de Informações Gerenciais específico para o Projeto. A missão reitera atenção da UGP para a solução dos pontos i), iii) e iv) que ainda não foram plenamente satisfeitos.

H. Programa de trabalho acordado entre o Governo do Ceará e o FIDA

64. Abaixo nas tabelas nos. 8 e 9 estão os principais acordos da missão do FIDA com o Governo do Ceará, incluindo responsável; e prazo de execução. O FIDA reforçou a importância de cumprimento dos acordos, tendo em vista que em 2017 será realizada a Revisão de Meio Termo (RMT) do Projeto.

Tabela 8. Programa de Trabalho - Seguimento Técnico

Nº	ATIVIDADE	META	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Linha de base	- Relatório final	UGP	30/09/2016
02	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR).	- Incorporar PPF no CEDR (Câmara Técnica)	Secretário e UGP	15/07/2016
03	Nova lei específica para contratos e convênios do Projeto Paulo Freire	- Preparar minuta da nova Lei em consulta com CGE de modo que a) excepcionalidade ao Decreto no. 31.964 de desfo eleitoral; b) convênios com organizações no âmbito do PPF não estejam sujeitas ao SiCONV-CE; e c) possibilite a transferência para beneficiários nas comunidades já identificadas do PPF para atividades individuais no âmbito de um PN - Envio da minuta Lei para apreciação do FIDA - Aprovação da nova Lei pelo Governo (PGE e Assembleia)	Secretário Adjunto e UGP	25/06/2016 25/06/2016 30/06/2016
04	Contrato Gestão Instituto Agropolos	- Envio ao FIDA da minuta do Contrato e documentos de subsídio (memória de cálculo, minuta do contrato e plano de trabalho). Incluir 3 componentes: a) logística; b) sistemas; c) capacitações. - FIDA analisa e responde com não objeção ou comentários	Secretário Adjunto e UGP	17/06/2016 08/07/2016
05	Revisão do MIP	- Revisar MIP para incluir novos critérios de acesso aos PN e operacionalização dos planos simplificados; - Enviar ao FIDA para não objeção	UGP	05/08/2016
06	Aluguel de veículos	- Aluguel <u>imediato</u> de 4 veículos, incluindo combustível, via Instituto Agropolos	Secretário Adjunto e UGP	
07	Revisar PNs em fase de elaboração	- Efetuar pequenos ajustes que poderão aumentar a sua viabilidade	ATC, ELP, UGP	05/08/2016
08	Acesso à água e Gênero	- Definir estratégia operacional para acesso à água (pequena infraestrutura hídricas) no âmbito dos PNs - Definir estratégia de gênero	ATC, ELP, UGP	30/06/2016
09	PN com cooperativas	- Preparar pelo menos 2 PNs como organizações econômicas (meta de 5) - Enviar para NO do FIDA	UGP	15/01/2017
10	Mobilização Social	- Enviar minuta da Lei ao FIDA; - Aprovar nova Lei no Governo (PGE e Assembleia)	Secretário Adjunto e UGP	25/06/2016 25/08/2016
11	TdR ATC	- Revisar TdR para ATC das novas comunidades para alcançar as 600 - Enviar ao FIDA para não objeção	UGP	30/06/2016
12	Experimentar ATC com redução de custos	- Desenhar e implantar experiências de ATC com uma relação de um técnico para três comunidades	UGP	Início em julho de 2016.

Nº	ATIVIDADE	META	RESPONSÁVEL	PRAZO
13	Seleção das novas comunidades	- Publicar seleção das 238 novas comunidades; - Efetuar a seleção das novas 300 comunidades para completar 600;	ELP, UGP	25/06/2016 30/08/2016
14	AT Especializada	- Preparar TdR para consultores de AT especializada - Enviar ao FIDA para não objeção	UGP, ERP	30/07/2016
15	Capacitação em acesso a políticas públicas	- Contratar entidades para prestar serviço de acesso a políticas públicas	UGP	30/09/2016
16	Equipe: finalizar	- Contratar 3 profissionais para os cargos cujos editais foram republicados ERP Campos Sales; - Reforçar equipe por meio da incorporação de: a) um/a especialista ou assessor/a em gênero; - Relançar edital para área de aquisições para 2 profissionais. - Enviar TdRs ao FIDA para não objeção	UGP	01/08/2016 10/08/2016 30/06/2016 25/06/2016
17	UGP: espaço físico	- Buscar solução para espaço físico da UGP (outro local em prédio do Governo ou aluguel de espaço)	UGP	30/12/2016

Tabela 8. Programa de Trabalho - Seguimento Administrativo e Financeiro

Nº	ATIVIDADE	META	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Sistema Informatizado de Gerenciamento Financeiro/Contábil:	- Iniciar a operação do sistema	UGP/SEPLAG	30/07/2016
02	Manual de Procedimento Financeiro	- O FIDA irá realizar a análise da versão revisada do manual que foi apresentada na missão;	FIDA	10/07/2016
03	Auditoria	- Envio do relatório ao FIDA;	UGP	30/06/2016

Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

Basic Facts

Country	Brazil	Project ID	1619 [1100001619]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	1000004338, 1000004339
Project	Productive Development and Capacity-Building Project			Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	18-Jun -2016				
Supervising Inst.	IFAD				
No. of Supervisions	2	No. of Implementation Support/Follow-up missions	7		
Last Supervision	18-June-2016	Last Implementation Support/Follow-up mission	May-2016		

USD million Disb. rate %						
Approval	21-Sep-2012			Total financing	95,10	
Agreement	27-Jun-2013	Effectiveness lag	9.3	IFAD Total	32.15	
Entry into force	27-Jun-2013	PAR value	-----	IFAD loan	32.15	15
First disbursement	09-Dec-2013			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	30-Jun-2019	Last audit	23-Jun-2016	ASAP grant		
Current completion	30-Jun-2019			Domestic Total	54..95	
Current closing	31-Dec-2019			State Govern	40.00	10
No. of extensions	31-Dec-2019			Beneficiaries	14.95	0
	0			External Cofinancing Total	8.00	
				Spanish Fund	8.00	17

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	5	4	1. Quality of project management	4	4
2. Acceptable disbursement rate	3	3	2. Performance of M&E	3	3
3. Counterpart funds	5	3	3. Coherence between AWPB & implementation	3	3
4. Compliance with financing covenants	5	3	4. Gender focus	3	4
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	5	5
6. Quality and timeliness of audits	3	5	6. Effectiveness of targeting approach	4	4
			7. Innovation and learning	3	3
			8. Climate and environment focus	4	3
B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Capacity development	4	4	1. Institution building (organizations, etc.)	4	4
2. Productive development and environment sustainability	3	3	2. Empowerment	5	5

3. Quality of beneficiary participation	4	4
4. Responsiveness of service providers	5	5
5. Exit strategy (readiness and quality)	4	n/r
6. Potential for scaling up and replication	4	4

B.5 Justification of ratings

The project has improved significantly, but in its third year of implementation continues to face significant delays in its implementation. The Project has almost fully completed the recruitment of its staff including the establishment of three local offices which are operational. Concerning component 1 (capacity development), the projects has contracted three technical assistance provided and since September 2015 has provided TA in the field to 62 communities has benefited 2,480 families and has started the contracting process for TA providers to another 238 communities which will mean reaching 300 communities (50% of the project target). The capacity building on access to public policies has also started will should reach 24,000 families. However, social mobilization has not advanced because of State regulations which impede contracting such services. A specific law is being drafted and will be considered by the State Assembly to allow for the contract of the service. Component 2 (productive development) has developed 29 business plans benefiting 870 families and there are another 39 being finalized and this will speed up project implementation. Overall, the project has reached 10,218 beneficiaries out of which 1,813 quilombolas. The management information system is in final implementation status and the audit 2015 was done and is expected that it will be delivered on time. There are concerns regarding the timely availability of counterparts funds. The PMU should accelerate the recruitment of procurement specialist. The last disbursement was made in May 2016.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	4	4
C.2 Food security	4	4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	4	4
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)	4	4

Rationale for implementation progress rating

An overall rating of 4 is given to implementation because the projects has made significant advances in implementing its activities through a solid methodological approach and technical assistances (three providers) has been contracted and is fully operational and is under expiation to reach 50% of its target. Also, three local offices have opened and the project agreement with IICA is operational with almost all of its staff recruited. Productive investment has improved but some weakness on this area have been detected among which economic viability (market access and commercialization) and on technical aspects (lack of adaptation to local context, low water access and low participation of women) but corrective measures have been suggested and are due to be undertaken. The project's baseline is almost finalized and the project has become part of the Brazil M&A system and has been trained on its operation. The project is working with cooperatives to advance quicker on business plan preparation and productive investments. Management arrangements are satisfactory. Financial execution and disbursement level is still low reflecting a slow productive investment: 29 business plans prepared out of 600 business plans planned.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	4	4
--	---	---

Rationale for development objectives rating

Technical assistance, which is critical to ensure sustainability, has been contracted and is fully operational in the field and is increasing from 62 to 300 communities. The methodological framework and contracting of capacity building for access to public policies is under way and should begin soon. The approval of the first 29 productive business plans has improved the likelihood for achieving the development objectives and further 39 business plan are in their final stage of preparation. is also expected for early 2016 and will pave the way to accelerate project implementation. The targeting approach and poverty focus applied by the project are strengths that should help ensure the attainment of the project objectives. The slow financial implementation of the project so far, however, will concentrate productive investment in the last three years (2017-2019) could seriously compromise achievement of development objectives.

C.6 Risks Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects	The project has to finalize the financial system and recruit a procurement specialist. The availability of counterpart funds in a timely manner and the volume of counterpart funds for year 2016 could be a matter of concern although so far the government counterpart contribution has been made readily available, but IFAD, the project and the government will need to work on ensuring that counterpart funds remain available in 2016. The evolution of the exchange rate since 2015, with the weakening of the local currency has led to an increase of the project financing in local currency terms, therefore increasing the project budget in local currency. The lack of the full budgetary provision to ensure the implementation of the AWPB 2016 is another risk.
Project implementation progress	The main risks of the Project refer to: 1) new regulations approved by the state government of Ceará regarding agreements with associations / organizations and the management and transfer of funds under such agreements, which impose new bureaucratic procedures that may contribute to generate delays and also reduce substantially the role of beneficiary organizations in the management of funds, thus jeopardizing expected impacts of the project on their organizational and human capacities; 2) the evolution of the exchange rate, with the weakening of the local currency, has led to an increase of the

	project financing in local currency terms; which may be difficult to spend in the remaining implementation period; 3) the lack of project expertise in procurement could affect negatively the procurement/selection processes under way (for example, baseline survey, social mobilization, staff recruitment, etc); 4) 2016 is an electoral year and could impose new delays because of legal restrictions on transfer of resources to organizations to implement business plans; and 5) the beneficiary profile (poor and extreme poor) means they lack experience on financial and administrative management of business plans.
Outputs and outcomes	There are risks concerning the new regulations for agreements with organizations and associations which could produce further delays in project implementation, especially concerning business plans for productive investments. This has compounded by the 2016 municipal elections and specific law which restrict transfer of resources at the local level.
Sustainability	a) The new regulation concerning agreements with organizations / associations could centralize decision making and this could directly affect capacity building and the future project sustainability; b) the delays in projects implementation concentrating productive investment in the final three years; c) the low consideration to water access and conservation of the natural resources could affect the sustainability of productive investment.

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Project financial system	To finalise the system	July 2016	Under implementation
M&E	To finalise the baseline study.	September 2016	Under implementation
Implementation Manual	Revise Manual to implement changes in new criteria to access productive investment	July 2016	Under implementation
Technical Assistance	To contract: a) TA for another 238 communities; b) provider of capacity building on access to public policies; c) service of social mobilization	September 2016	Under implementation
Counterpart funds	To ensure timely availability of counterpart funds	September 2016	Under implementation

Additional observations

Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa

Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do indicador	Meios de Verificação	Supostos
FIN	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE)	00.00.01	35% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto, de 43% a 28% (ODM)	• Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE • Linha de base (RIMS) • Avaliação final	
		00.00.02	30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível)		
PROPOSITO	Aumento da renda e da qualidade de vida da população alvo por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres	00.00.03	60.000 famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto; entre elas a totalidade recebe capacitação em acesso às políticas públicas.	• Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS) • Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE • Relatórios do Sistema de M&A • Relatórios RIMS • Pesquisas entre os beneficiários do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Seguem as políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar • Segue o crescimento econômico do país e do estado • Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental • Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo governo • O Projeto aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades • Secas ou mudanças climáticas são geridas com medidas de adaptação adequadas • Acesso a crédito de custeio. • Os preços agrícolas se mantêm favoráveis para os agricultores familiares
		00.00.04	Das quais, 30.000 recebem assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 1.8.1, 1.8.2)		
		00.00.05	80% das 30.000 famílias atendidas por assessoria técnica e investimentos produtivos aumentam sua renda média em pelo menos 30% (linha de base)		
		00.00.06	Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens		

Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do indicador	Meios de Verificação	Supostos
Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades	Indicadores de desempenho	01.00.01	80% das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis (RIMS 2.6.3)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS) • Relatórios do Sistema de M&A • Relatórios RIMS • Informações estatutárias das organizações e associações • Registros das organizações beneficiárias • Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de equipes de assistência técnica para garantir serviços de qualidade • A assessoria técnica responde às necessidades do mercado • Interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas • As atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão são mantidas.
		01.00.02	70% dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas		
		01.00.03	30.000 famílias rurais recebem também assistência técnica contínua		
		01.00.04	Dentre as quais pelo menos 1.200 são famílias jovens (RIMS 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4)		
	Produto 1.1 Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada	01.01.01	60.000 famílias recebem capacitação em acesso às políticas públicas (RIMS 1.8.1, 1.82)		
		01.01.02	30.000 famílias beneficiárias de assistência técnica (contínua e/ou especializada)		
		01.01.03	24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados (RIMS 1.1.9, 1.6.2)		
		01.01.04	12.000 Famílias rurais recebem assessoria técnica especializada		
		01.01.05	Das quais, 6.000 Famílias recebem também assistência técnica contínua.		
		01.01.06	Dentre as quais, 1.200 são famílias jovens (RIMS 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4)		
	Produto 1.2 Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	01.02.01	1.200 líderes comunitários capacitados, dos quais pelo menos 50% são mulheres ou jovens (RIMS 1.6.3)		
		01.02.02	600 Organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão		
		01.02.03	600 Diagnósticos Rurais Participativos elaborados		
		01.02.04	600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa		
		01.02.05	600 Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; entre os quais aproximadamente 500 correspondem a organizações comunitárias e 100 a organizações econômicas		
	Produto 1.3. 1200 jovens rurais desenvolvem suas capacidades para torarem-se empreendedores e acessem a terra	01.03.01	1.200 jovens rurais recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas.		
		01.03.02	Entre os quais 400 para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra		
	Produto 1.4 Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para	01.04.01	300 técnicos provedores de assessoria técnica recebem capacitação para melhorar dos serviços que fornecem (RIMS 1.2.1)		
		01.04.02	Pelo menos 30% mulheres.		

Nível Objetivo	Resumo Narrativo	Código	Nome do indicador	Meios de Verificação	Supostos
Componente 2 – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	Indicadores de desempenho	02.00.01	30.000 Famílias beneficiadas por investimentos produtivos	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS) • Relatórios do Sistema de M&A • Relatórios RIMS • Informações estatutárias das organizações e associações • Registros de produção e de vendas dos beneficiários • Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercados preparados para absorver incrementos de produção • Infra-estrutura básica para chegar aos mercados provida pelo governo • Interesse e participação das comunidades e das organizações económicas
		02.00.02	20.000 Famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto e pelo menos 80% operacionais ao final do Projeto		
		02.00.03	Destas 80% operacionais ao final do Projeto		
		02.00.04	10.000 Famílias acessam financiamento para investimento produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto)		
		02.00.05	500 famílias recebem investimentos para pequenos esquemas de irrigação RIMIS 1.1 .5		
		02.00.06	Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres RIMS 2.2.2		
	Produto 2.1 Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos,	02.01.01	Pelo menos 30% de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo (RIMS 2.2.2)		
		02.01.02	60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor		
		02.01.03	600 Planos de negócios Articulados e Firmados		
	Produto 2.2 Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas , e às políticas públicas para a agricultura familiar	02.02.01	Pelo menos 30% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos		
		02.02.02	Pelo menos 70% das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Seguro Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc) (RIMS 2.3.2)		
	Produto 2.3 Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	02.03.01	70% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga		
		02.03.02	100% das unidades de beneficiamento atendem as normas ambientais de tratamento de efluentes		
		02.03.03	30000 agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras		

Apêndice 3: Avanço de indicadores respeito do POA (junho de 2016)

Resumo Narrativo	Código	Dados do Indicador															Meios de Verificação	Supostos
		Nome do indicador	Frequência de medida	Meta POA 2014	Efetivo 2014	%	Meta POA 2015	Efetivo 2015	%	Meta POA 2016	Efetivo 2016	%	Acumulativo Efetivo	Estimativa Objetivo	%			
META	00.00.01	35% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto, de 43% a 28% (ODM)	Anual									LB			35		Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE	
Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE)	00.00.02	30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível)	Anual									LB			30		Linha de base (RIMS) □ Avaliação final (RIMS)	
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO	00.00.03	60.000 famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto; entre elas a totalidade recebe capacitação em acesso às políticas públicas.	Mensal	808	808	100%	3 000	808	27%	9 840	2 480	25%		2 480	60 000	4%	Seguem as políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar □ Segue o crescimento econômico do país e do estado □ Mercados abertos estáveis e capazes de absorver a produção incremental □ Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo governo □ Projeto aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades □ Seções ou mudanças climáticas são geridas com medidas de adaptação adequadas □ Acesso a crédito de custeio □ Os pequenos agricultores se mantêm favoráveis para os agricultores familiares	
Aumento da renda e da qualidade de vida da população alvo por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres	00.00.04	Das quais, 30.000 recebem assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 1.8.1, 1.8.2)	Mensal	2 480		0%	2 480		0%	8 430	2 480	29%		2 480	30 000	8%	Linha de base (RIMS) □ Avaliação final (RIMS) □ Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE □ Relatórios do Sistema de M&A □ Relatórios RIMS □ Pesquisas entre os beneficiários do Projeto	
	00.00.05	80% das 30.000 famílias atendidas por assessoria técnica e investimentos produtivos aumentam sua renda média em pelo menos 30% (linha de base)	Mensal								LB				24 000			
	00.00.06	Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens	Mensal				1 240		0%	4 215	2 020	48%		2 020	123 600	2%		
Componente 1 –Desenvolvimento de Capacidades	01.00.01	80% das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis (RIMS 2.6.3)	Mensal	62		0%	62		0%	240	VER				480		Linha de base (RIMS) □ Avaliação final (RIMS) □ Relatórios do Sistema de M&A □ Relatórios RIMS □ Informações estatutárias das organizações e associações □ Registros das organizações	
	01.00.02	70% dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas	Trimestral	880		0%	1 600	160	10%	5 901	VER				21 000		D disponibilidade de equipes de assistência técnica para garantir serviços de qualidade □ A assessoria técnica responde às necessidades do mercado □ Interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas □ As atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão são mantidas.	
RESULTADO 1 Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e econômicas têm suas capacidades fortalecidas	01.00.03	30.000 famílias rurais recebem também assistência técnica contínua	Trimestral	808	808	100%	2 480	1 236	50%	8 430	2 480	29%		2 480	30 000	8%		
	01.00.04	Dentre as quais pelo menos 1.200 são famílias jovens (RIMS 12.2; 12.3;12.4)												-	1 200		da assessoria técnica	
Produto 1.1 Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada	01.01.01	60.000 famílias recebem capacitação em acesso às políticas públicas (RIMS 1.8.1, 1.8.2)	Anual	808	808	100%	3 000	808	27%	9 840	VER				60 000			
	01.01.02	30.000 famílias beneficiárias de assistência técnica (contínua e/ou especializada)	Anual	808	341	42%	2 480	1 275	51%	8 430	2 480	29%		2 480	30 000	8%		
	01.01.03	24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados (RIMS 1.1.9, 1.6.2)	Anual	808	808	100%	2 000	808	40%	8 430	VER				24 000			
	01.01.04	12.000 Famílias rurais recebem assessoria técnica especializada	Anual	25	25	100%	200	25	13%	2 165	VER				12 000			
	01.01.05	Das quais, 6.000 Famílias recebem também assistência técnica contínua								1 083				-	12 000			
	01.01.06	Dentre as 12.000 famílias, 1.200 são jovens (RIMS 12.2; 12.3; 12.4)	Trimestral	50		0%	200		0%	217	145	67%		145	1 200	12%		
Produto 1.2 Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	01.02.01	1.200 líderes comunitários capacitados, dos quais pelo menos 50% são mulheres ou jovens (RIMS 1.6.3)	Anual	40		0%	100	40	40%	600	106	18%		146	1 200	12%	Linha de base (RIMS); Avaliação final (RIMS); Relatório do Sistema de M&A;Informações estatutárias das organizações	
	01.02.02	600 Organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão	Trimestral				62	20	32%	62	VER				600		beneficiárias; e Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.	
	01.02.03	600 Diagnósticos Rurais Participativos elaborados	Trimestral	22		0%	40		0%	300	62	21%		62	600	10%		
	01.02.04	600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa	Trimestral	22	3	14%	59	22	37%	300	62	21%		87	600	15%		
	01.02.05	600 Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; entre os quais aproximadamente 500 correspondem a organizações comunitárias e 100 a organizações econômicas	Trimestral				20	2	10%	182	12	7%		14	600	2%		

República Federativa do Brasil – Estado do Piauí
Projeto Paulo Freire
Relatório de supervisão: 9 - 17 junho 2016
Apêndice 3 Avanço de indicadores respeito do POA (junho de 2016)

Resumo Narrativo	Código	Dados do Indicador													Meios de Verificação	Supostos	
		Nome do Indicador	Frequência de medida	Meta POA 2014	Efetivo 2014	%	Meta POA 2015	Efetivo 2015	%	Meta POA 2016	Efetivo 2016	%	Acumulativo Efetivo	Estimativa Objetivo			%
Produto 1.3. 1200 jovens rurais desenvolvem suas capacidades para torarem-se empreendedores e acessarem a terra	01.03.01	1200 jovens rurais recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas.	Trimestral				200	100	50%	200	68	34%	168	1 200	14%	Linha de base (RIMS); Avaliação final (RIMS); Relatório do Sistema de M&A: Informações dos jovens atendidos e Entrevistas com jovens beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.	
	01.03.02	Entre os quais 400 para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra	Trimestral										-	400			
Produto 1.4 Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade	01.04.01	300 técnicos provedores de assessoria técnica recebem capacitação para melhorar dos serviços que fornecem (RIMS 12.9)	Trimestral				60	55	92%	109	37	34%	92	300	31%		
	01.04.02	Pelo menos 30% mulheres.	Trimestral				37		0%	33	9	28%	9	90	10%		
Componente 2-Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	02.00.01	30.000 Famílias beneficiadas por investimentos produtivos	Trimestral				2 000	160	8%	8 270	644	8%	644	30 000	2%	Linha de base (RIMS) □ Avaliação final (RIMS) □ Relatórios do Sistema de M&A Relatórios RIMS □ Informações estatísticas das organizações e associações □ Registros de produção e de vendas dos beneficiários □ Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais	Mercados preparados para absorver incrementos de produção. Infra-estrutura básica para chegar aos mercados provida pelo governo. Interesse e participação das comunidades e das organizações econômicas
	02.00.02	20.000 Famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto e pelo menos 80% operacionais ao final do Projeto	Trimestral	160	160	100%		41		5 458	644		644	20 000	3%		
RESULTADO 2 Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados	02.00.03	Destas 80% operacionais ao final do Projeto	Trimestral										-	16 000			
	02.00.04	10.000 Famílias acessam financiamento para investimento produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto)	Trimestral							2 729			-	10			
	02.00.05	500 famílias recebem investimentos para pequenos esquemas de irrigação RIMS 11.5	Trimestral							50	VER		-	500			
	02.00.06	Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres RIMS 2.2.2	Trimestral					4		90	4	4%	8	180	4%		
Produto 2.1 Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação	02.01.01	Pelo menos 30% de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo (RIMS 2.2.2)	Anual										-	30			
	02.01.02	60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor	Anual										-	60			
	02.01.03	600 Planos de negócios Articulados e Firmados	Trimestral				20	2	10%	182	12		14	600	2%		
Produto 2.2 Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar	02.02.01	Pelo menos 30% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos	Anual										-	30			
	02.02.02	Pelo menos 70% das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Seguro Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc) (RIMS 2.3.2)	Anual				1 470	160	11%		VER		160	21 000			
Produto 2.3 Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	02.03.01	70% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga	Trimestral				14	2	14%	12	1	8%	3	420	1%		
	02.03.02	100% das unidades de beneficiamento atendem as normas ambientais de tratamento de efluentes	Anual										-	100			
	02.03.03	30000 agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras								8 430	VER		-	30 000			

Apêndice 4: Aspectos financeiros

Tabela A: Execução Financeira por financiador 31/05/2016

Financiador	Aprovado (Moeda do Contrato)	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	SDR 20.624.403	32.000.000	32.000.000	4.766.003	15%
Fundo Espanhol	EURO 5.948.482	8.000.000	8.000.000	1.249.315	16%
Governo	USD 40.000.000	40.000.000	40.000.000	4.063.073	10%
Total	USD EQUIV 80.000.000	80.000.000	80.000.000	10.078.392	13%

Tabela B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)

Componente	FIDA			Fundo Espanhol			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento das Capacidades	16.167.200,0	568.953,5	3,5%	4.041.800,0	563.998,6	14,0%	12.855.000,0	692.365,2	5,4%	33.064.000,0	1.825.317,2	5,5%
2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	13.972.000,0	23.746,3	0,2%	3.493.000,0	-	0,0%	17.465.000,0	22.815,0	0,1%	34.930.000,0	46.561,3	0,1%
Gerenciamento do Projeto	1.604.800,0	155.564,2	9,7%	401.200,0	115.272,6	28,7%	8.400.000,0	1.695.884,23	20,2%	10.406.000,0	1.966.721,1	18,9%
Monitoramento e Avaliação	256.000,0	20.546,1	8,0%	64.000,0	-	0,0%	1.280.000,0	77.292,4	6,0%	1.600.000,0	97.838,5	6,1%
Total	32.000.000,0	768.810,0	2,4%	8.000.000,00	679.271,14	8,5%	40.000.000,0	2.488.356,9	6,2%	80.000.000,0	3.936.438,1	4,9%

Tabela C: Desembolsos por Categorias (US\$ TOTAL) em 31/05/2016

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	1. Desenvolvimento das Capacidades	18.262.294	18.262.294	717.550	0	17.544.744	4%
II	2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	15.782.621	15.782.621	23.746	0	15.758.875	0%
III	Gerenciamento do Projeto	1.811.655	1.811.655	221.092	0	1.590.563	12%
IV	Monitoramento e Avaliação	290.357	290.357	20.546	0	269.811	7%
	Não alocado	3.853.074	3.853.074	0	0	3.853.074	0%
DI	Depósito Inicial			5.032.384	0	-5.032.384	
	Total	40.000.000	40.000.000	6.015.318	0	33.984.682	15%

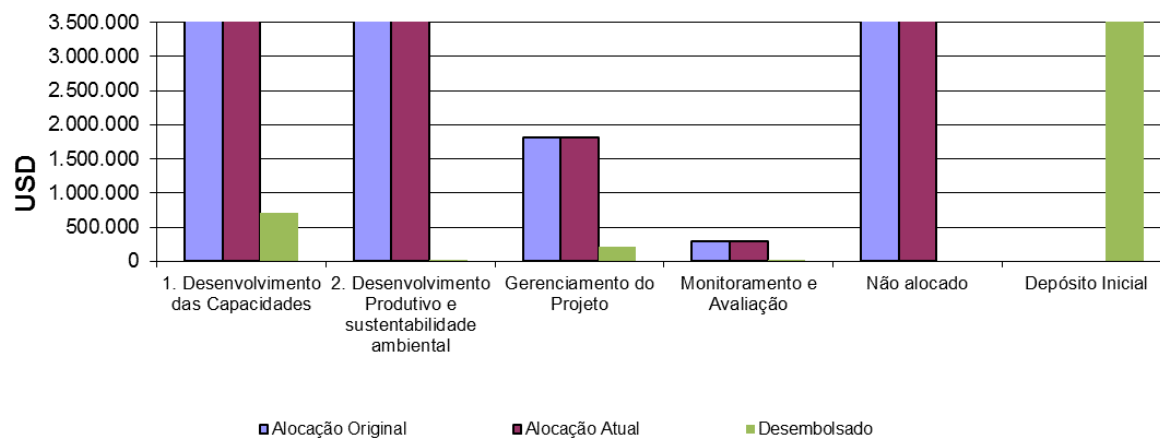
Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR) em 31/05/2016

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	1. Desenvolvimento das Capacidades	9.384.000	9.384.000	404.710	0	8.979.290	4%
II	2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	8.110.000	8.110.000	16.891	0	8.093.109	0%
III	Gerenciamento do Projeto	931.000	931.000	108.660	0	822.340	12%
IV	Monitoramento e Avaliação	149.000	149.000	14.615	0	134.385	10%
	Não alocado	2.050.403	2.050.403	0	0	2.050.403	0%
DI	Depósito Inicial			2.654.063	0	-2.654.063	
	Total	20.624.403	20.624.403	3.198.939	0	17.425.464	16%

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (EUR) em
31/05/2016

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	1. Desenvolvimento das Capacidades	2.753.000	2.753.000	136.728	0	2.616.272	5%
II	2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	2.379.000	2.379.000	0	0	2.379.000	0%
III	Gerenciamento do Projeto	273.000	273.000	62.876	0	210.124	23%
IV	Monitoramento e Avaliação	44.000	44.000	0	0	44.000	0%
	Não alocado	499.482	499.482	0	0	499.482	0%
DI	Depósito Inicial			789.190	0	-789.190	
	Total	5.948.482	5.948.482	988.794	0	4.959.688	17%

Gráfico 1: Desembolsos com recursos do FIDA, comparação entre as alocações originais e atuais, e desembolsos efetivos



Apêndice 1: Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario del proyecto durante la supervisión

Proyecto N.º882 BR/E 17 BR

Organismo de ejecución: SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrario)

	Evaluación de los riesgos E/M/B	Medida correctiva propuesta
Riesgo inherente		n.d.
Riesgos controlables		
1. Organización y dotación de personal	M	Contratar expert en adquisiciones
2. Presupuestación	B	
3. Flujo de fondos y disposiciones sobre desembolsos	B	
4. Controles internos	B	
5. Contabilidad	M	Disponibilizar MIS
6. Presentación de informes financieros y seguimiento	M	Disponibilizar MIS
7. Auditoría interna	B	
8. Auditoría externa	B	
Riesgo fiduciario general del proyecto		
E=elevado, M=medio, B=bajo		M

Observaciones:

O risco é médio pois necessita a contratação de pessoal de aquisições e a disponibilidade do MIS. Sem o sistema de aquisições não há confiabilidade na contabilidade e geração de relatórios fiáveis e para tomada de decisão. O projeto está em andamento em fase final da solução destas debilidades e em breve estará em risco baixo. Outro grande problema é a inexpressiva execução do POA, devido a demora de contratação do pessoal para as unidades de campo do projeto, o que já foi realizado. Um plano de ação foi acordado e o FIDA fará uma missão em breve para verificar a entrega do MIS.

Apêndice 2: Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión – Cuestionario de orientación

País: BRAZIL	Número del préstamo/donación: 882 BR/E 17 BR
Nombre del proyecto: Proyecto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades	
Organismo de ejecución: Secretaria de Desenvolvimento Agrario	GPP: Paolo Silveri
EGF encargado del examen: Danilo Pisani	Fecha del examen: 17 de junio de 2016

Tema		Calificación del riesgo E/M/B	Cuestiones/ Observaciones/ Recomendaciones
A. Riesgos inherentes			
B. Riesgos controlables			
1. Organización y dotación de personal			
a.	Idoneidad de la estructura orgánica para satisfacer las necesidades funcionales del proyecto	M	Falta contratar el especialista en adquisiciones y parte del personal de las oficinas regionales
b.	Existencia de descripciones claras de los puestos de trabajo de los cargos clave del proyecto, comprendidos los fiduciarios	B	
c.	Idoneidad del personal encargado de la gestión financiera del proyecto (cantidad y competencias), acorde con las necesidades funcionales del proyecto	M	Urgente contratar especialista de adquisiciones.
d.	Existencia e idoneidad de manuales y guías de actuación destinados al personal	B	Existente pero necesita integración y finalización
e.	Existencia de un sistema de evaluación basado en el desempeño y realización puntual de la evaluación del desempeño de todo el personal	M	En este momento No existe un sistema de evaluación del personal de la UGP
f.	Idoneidad de la cobertura del seguro médico de todo el personal (si procede)	B	El equipo tiene seguro medico publico y voluntario
g.	Pago puntual de las cotizaciones a la seguridad social (si procede)	B	
h.	Personal correctamente informado de la política nacional y del FIDA acerca de la anticorrupción y de con quién ponerse en contacto al respecto	B	
2. Presupuestación			
a.	Preparación y aprobación puntuales del plan operativo anual (POA)	B	aprobado
b.	Concordancia del POA con las categorías de gastos del Apêndice 2 del convenio de financiación	B	
c.	Se han determinado las fuentes de financiación y los organismos de ejecución de cada categoría del POA	B	
d.	Se han determinado las vinculaciones entre el POA y el plan de adquisiciones y contrataciones (en lo tocante al cálculo de los costos y las actividades). Contrólense las premisas en que se basan las estimaciones de los costos, así como los artículos de valor elevado	B	

3. Flujo de fondos y disposiciones sobre desembolsos			
a.	Puntualidad en el desembolso de los fondos por las diversas fuentes (y de la financiación de cofinanciadores, si procede)	B	
b.	Puntualidad en el desembolso de los fondos de contrapartida	B	
c.	Eficiencia de los canales de financiación. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos	B	
d.	Eficiencia de los canales de financiación de las líneas de crédito. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos, si procede	B	
e.	Gestión de la(s) cuenta(s) especial(es) o cuenta(s) designada(s), desembolsos	B	
	i) Idoneidad de la asignación autorizada para asegurar la fluidez del flujo de fondos	B	
	ii) Corrección de los métodos empleados para hacer los desembolsos	B	
	iii) Idoneidad del respaldo documental de las declaraciones de gastos, reembolsos, pagos directos y compromisos especiales. (Consúltase el apéndice IV y complétase, reflejando las conclusiones en la calificación.)	B	
	iv) Preparación puntual y exactitud de las solicitudes de retiro de fondos	B	
	v) Autorización de las solicitudes de retiro de fondos	B	Secretario SDA y Coordinador (doble firma)
	vi) Situación de los fondos retirados de la cuenta especial para cubrir gastos cuya reposición todavía no se ha solicitado (señalación de casos antiguos)	NA	
	vii) Regularidad del monitoreo de la(s) cuenta(s) especial(es)/designada(s) y las conciliaciones mensuales firmadas por el gerente del proyecto. Examínense y evalúense las conciliaciones	B	
	viii) Comparación de lo desembolsado con el POA y análisis de si la tasa de desembolso es satisfactoria habida cuenta del tiempo de ejecución restante. Formúlense observaciones, si procede	E	Projeto atrasado. Apenas 1,5% do POA. Atraso na contratação do Pessoal
	ix) Recuperación de los saldos de la(s) cuenta(s) especial(es) dentro del cierre del préstamo	NA	
4. Controles internos			
a.	Separación de funciones. ¿Desempeñan diferentes unidades o personas las siguientes responsabilidades operativas: i) la autorización de una transacción; ii) la ejecución de una transacción; iii) el registro de la transacción, y iv) la custodia de los bienes objeto de la transacción	B	i) Coordinador ii) Coordinación planeamiento SDA iii) Administrador iv) Planeamiento SDA
b.	La claridad y la idoneidad de los procesos de decisión y la secuencia de sucesos de las funciones de control en la ejecución del proyecto se reflejan en el manual financiero (o su equivalente)	B	
c.	Observancia del manual financiero	B	
d.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de las entradas de fondos no procedentes del FIDA	B	
e.	Idoneidad de la gestión de los contratos (llevar a un registro de contratos y de un formulario de seguimiento) y de su archivo	B	El sistema nacional prevé estos documentos/seguimientos

f.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de los gastos (ciclo completo: compromiso, pago, recepción de bienes y servicios, aprobación de pagos, calificación, etc.)	B	La ley nacional reglamenta el ciclo de control de los gastos controlados también por los sistemas. La responsabilidades de la UGP es en el Manual
g.	Documentos justificativos que confirmen la entrega y aceptación de los bienes, las obras o los servicios contratados	B	
h.	Controles físicos del dinero en efectivo, los documentos y los registros. Idoneidad de los sistemas de archivo. ¿Se efectúan conciliaciones mensuales de la caja chica y arqueos sorpresivos? Custodia de la caja chica y control de las llaves	B	Reglas nacionales
i.	Idoneidad de la gestión material del efectivo	B	Recursos nacionais
j.	Pago puntual a los proveedores y consultores	B	Poucas transações
k.	Legitimidad de los gastos con respecto a los convenios de financiación	B	Poucas transações
l.	Legalidad/legitimidad de los anticipos de fondos del proyecto y justificación puntual de su utilización	B	
m.	Cumplimiento de las cláusulas sobre gestión financiera de los convenios de financiación y de la carta al prestatario	B	
n.	Idoneidad de la llevanza de registros actualizados de los activos fijos y las existencias	B	
o.	Idoneidad de los controles de los activos del proyecto, con inclusión de: i) la gestión de los vehículos y de otros activos (¿están debidamente etiquetados o marcados los activos, se efectúa regularmente un recuento físico de las existencias?); ii) la gestión del combustible (¿llevan los conductores un cuaderno de registro?), y iii) las autorizaciones de viajes (incluidos los viáticos pagados al personal)	B	
p.	Idoneidad del seguro de los vehículos y los activos	NA	Vehiculos financiados por la contrapartida no tienen seguro
q.	Talleres: i) disponibilidad de la lista de los participantes; ii) viáticos pagados a los participantes, y iii) recibos de los gastos de los talleres	B	
r.	Idoneidad de los controles y del proceso de autorización para el empleo de los fondos (pagos, transferencias, gestión del efectivo/saldo bancario) y otras cuentas operacionales – cuenta no especial	B	
s.	Arreglos y controles bancarios (conciliación de los estados bancarios con las cuentas financieras)	B	
t.	Existencia de una unidad de apoyo adecuada de tecnología de la información	B	
5. Contabilidad			
a.	Base de la contabilidad (efectivo, devengados) y control sobre si las normas contables están en consonancia con los requisitos del FIDA (por ejemplo, NIIF/IPSAS 1, presentación de estados financieros/IPSAS 2 estados de flujos).	B	Efectivo
b.	Idoneidad y fiabilidad del sistema contable (¿Se emplea la contabilidad por partida doble?; especifíquese el programa informático que se utiliza. ¿Se registran los datos presupuestarios en el sistema contable? ¿Puede producir el sistema contable informes financieros automáticos periódicos?)	E	Sistema nacional abarca estos controles. Sistema contable adaptado a generar informes financieros aún en preparación

b.	Llevar a cabo registros (con inclusión de la documentación y del archivo)	B	
c.	Llevar a cabo y conciliación del registro de los activos fijos (control físico y por muestreo)	B	
d.	Documentación y controles adecuados de los sistemas de información, con inclusión de los procedimientos contables documentados, la copia de seguridad de los registros financieros y la integración de todos los subsistemas	M	En excel
e.	Idoneidad del plan de cuentas a efectos de la contabilidad del proyecto	B	
f.	Puntualidad en el registro de las transacciones, regularidad de la realización y aprobación de las conciliaciones, controles de registros erróneos	M	No sistema do governo é adequado. Nas moedas do empréstimo necessita do Sistema Contábil
g.	Contabilización correcta de las contribuciones de fondos de contrapartida (como impuestos y exenciones fiscales), así como de aquellas de los beneficiarios, y apropiada presentación de informes al respecto	B	
6. Presentación de informes financieros y seguimiento			
a.	Exhaustividad, exactitud, utilidad y puntualidad de los informes financieros	M	Não realizados na moeda do Empréstimo devido à indisponibilidade do MIS
b.	Informes provisionales de la gestión financiera y su vinculación con los informes de avances del proyecto - preparación y presentación al FIDA en los tiempos oportunos	M	idem
c.	Preparación de informes que muestren los ingresos y gastos reales y presupuestados y la tasa de ejecución del POA	M	idem
d.	Seguimiento de las recomendaciones sobre cuestiones fiduciarias de ayudas memorias anteriores	M	Demora
e.	Alineación razonable entre la tasa de desembolso de las categorías de gastos recurrentes frente a los de las inversiones	B	
7. Auditoría interna			
a.	Existencia de disposiciones sobre auditoría interna	B	Auditoría interna del Estado
b.	Idoneidad de las disposiciones sobre auditoría interna (organización - capacidad del personal)	B	
c.	Idoneidad del alcance de la labor y de la calidad de los informes de auditoría interna	B	
d.	Evaluación de las cuestiones planteadas en los informes de auditoría	B	
8. Auditoría externa			
a.	Idoneidad del alcance y el mandato	B	
b.	Cumplimiento del mandato	B	Realizada
c.	Puntualidad del informe de auditoría	B	Realizado
d.	Calidad de la auditoría	B	
e.	Implementación de las recomendaciones de auditoría/el plan de acción convenido para hacerlo	M	Sistema Financeiro não disponível

Apêndice 3: Avaliação de processos de aquisições

FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO – SUPERVISÃO #1	
Processo: Comparação Nacional de Preços (Shopping) nº 055/2016 – IICA	Tipo: Menor Preço Global
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para apresentação de concepção, elaboração de conteúdo e projeto gráfico, e produção de uma cartilha de acesso às políticas públicas a ser utilizada em eventos de capacitação nas comunidades selecionadas pelo Projeto Paulo Freire.	
Valor total da contratação: R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais)	Situação do processo de contratação: aguardando assinatura do contrato
Qualidade da documentação: Boa. Pode ser identificado uso de modelos claros e precisos.	Organização do processo: Boa. O processo foi integralmente digitalizado e organizado dentro dos padrões esperados.
Observações gerais: O processo foi bem realizado até a etapa atual e parece ter alcançado o objetivo. Recomenda-se, entretanto, que a UGP mantenha uma cópia integral dos documentos relativos aos processos conduzidos pelo IICA em seus arquivos (físicos ou digitais), ou obtenha acesso integral aos processos já concluídos para consulta rápida e disponibilização para as situações de auditoria externa e/ou supervisão FIDA.	

FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO – SUPERVISÃO #2	
Processo: Nacional de Preços (Shopping) nº 023/2016 – IICA	Tipo: Menor Preço Global – menor taxa de agenciamento de viagens
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares destinadas aos técnicos, consultores e colaboradores eventuais quando em viagens a serviço ou no interesse do PCT-PPF.	
Valor total da contratação: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)	Situação do processo de contratação: concluído em 2016
Vigência: 18/04/2017	
Qualidade da documentação: Boa. Pode ser identificado uso de modelos claros e precisos.	Organização do processo: Boa. O processo foi integralmente digitalizado e organizado dentro dos padrões esperados.
Observações gerais: O processo foi concluído de forma satisfatória. Recomenda-se, entretanto, que a UGP mantenha uma cópia integral dos documentos relativos aos processos conduzidos pelo IICA em seus arquivos (físicos ou digitais), ou obtenha acesso integral aos processos já concluídos para consulta rápida e disponibilização para as situações de auditoria externa e/ou supervisão FIDA.	

FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO – SUPERVISÃO #3	
Processo: IICA – Contratação de Pessoal para UGP - TdR nº 028/2016	Tipo: Análise Curricular e Entrevista
Objeto: Contratação de profissional para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Especialista em Atividades de Aquisições – Compras e Contratações.	
Valor total da contratação: R\$ 283.348,94 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos)	Situação do processo de contratação: concluído em 2016
Vigência: até o final da execução do projeto	
Qualidade da documentação: Boa. Pode ser identificado uso de modelos claros e precisos.	Organização do processo: Boa. O processo foi organizado dentro dos padrões esperados.
Observações gerais: Durante a missão de supervisão FIDA foi constatado que o processo seletivo não logrou êxito na escolha do profissional. Foi realizada entrevista pessoal com a profissional contratada que não conseguiu comprovar as qualificações profissionais necessárias para exercer as atividades esperadas para um especialista em aquisições. A contratada esclareceu, espontaneamente, não ter nenhuma experiência prática com normas de aquisições de organismos multilaterais, tendo sido sua vivência voltada exclusivamente para as normas nacionais. Foi identificada também possível falha no processo seletivo quanto à etapa de entrevistas, que deveria ter sido utilizada para melhor definir as afinidades dos candidatos aprovados com o cargo pretendido. Apenas a candidata selecionada foi entrevistada. Recomendou-se que toda seleção observe maior razoabilidade na escolha do candidato para que este apresente o mínimo de capacidade específica necessária para o bom desenvolvimento das atividades, ainda que não tenha alcançado todas as qualificações profissionais esperadas. A missão recomendou que a contratação não fosse reconhecida e que o processo seletivo para o cargo de especialista em aquisições fosse reaberto.	

FICHA INDIVIDUAL DE ACOMPANHAMENTO – SUPERVISÃO #4	
Processo: IICA – Contratação de Pessoal para UGP - TdR nº 029/2016	Tipo: Análise Curricular e Entrevista
Objeto: Contratação de profissional para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Especialista em Atividades de Monitoramento e Avaliação de Projetos.	
Valor total da contratação: R\$ 283.348,94 (duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos)	Situação do processo de contratação: concluído em 2016
Vigência: até o final da execução do projeto	
Qualidade da documentação: Boa. Pode ser identificado uso de modelos claros e precisos.	Organização do processo: Boa. O processo foi organizado dentro dos padrões esperados.
Observações gerais: Foi realizada entrevista pessoal com a profissional contratada que demonstrou reunir habilidades específicas satisfatórias para o bom desempenho das atribuições designadas para o cargo de especialista em M&A.	

Apêndice 4 - FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO – Folha de Pontuação

PAÍS: República Federativa do Brasil	
NOME DA ENTIDADE/ORGANISMO OBJETO DE AVALIAÇÃO: Projeto Paulo Freire - PPF	NOTA: Verificar a situação jurídica do organismo para assegurar-se da legalidade de suas operações. Quando não estiver submetido às leis e regulamentos nacionais, deverá considerar-se com cautela sua utilização como executor do projeto.
DATA DA AVALIAÇÃO: 17/16/2016	
EQUIPE DE AVALIAÇÃO DO FIDA: Diogo Nascimento	
CARACTERÍSTICAS GERAIS	PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)
Qual é a situação jurídica do organismo (departamento governamental, empresa estatal, empresa paraestatal, etc.)? Aplicam-se a ele as leis e a regulamentação nacionais? Consulte as ferramentas de avaliação existentes (DPAP do Banco Mundial ou avaliação da OCDE) para analisar seu ordenamento jurídico.	3 <i>(o Projeto conta com a equipe da CEL-04 do Governo do Ceará e equipe do IICA para conduzir seus processos de licitação)</i>
PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÃO	PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)
Os planos de aquisições e contratação são realistas e elaborados com antecedência? (vide módulo E do manual)	3
Utilizam os métodos de aquisição e contratação segundo o marco jurídico nacional?	3
Os componentes do projeto estão devidamente agrupados para fins de aquisição? (vide módulo E do manual)	3
DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO	PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)
O organismo dispõe de pessoal competente para preparar os documentos de licitação?	2 <i>(apesar de contar com outras equipes na condução dos processos, a UGP é responsável pelo apoio à elaboração dos documentos de licitação e falta de equipe de aquisições compromete a qualidade desse processo. O processo para contratação de especialista em aquisições está em andamento)</i>
Qual é a qualidade geral da documentação preparada pelo organismo? Favor indicar melhoras necessárias.	3
As especificações técnicas e os TdR são claros, neutros e precisos (incluindo as exposições de necessidades)?	3
Existem documentos-padrão de licitação (internacional ou nacional) para a aquisição de bens e contratação de obras e serviços? Caso afirmativo, favor descrevê-los..	3 <i>(instrumentos preparados pelo IICA e CEL-04)</i>
Os documentos de licitação contém toda a informação necessária (vide módulos H1 a 3 do manual) para preparar ofertas adequadas e comunicar claramente os critérios de avaliação?	3
As condições contratuais nos documentos de licitação reúnem os requisitos mínimos necessários para oferecer proteção adequada ao contratante? (vide Condições Gerais dos Contratos, modelo do Banco Mundial e a legislação nacional sobre aquisições e contratação).	2 <i>(algumas cláusulas ainda podem ser incluídas: garantias de bens e serviços)</i>
Utilizam ordens de compra (ou seu equivalente) padronizadas?	

PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
PRÉ-QUALIFICAÇÃO	
Utilizam pré-qualificação quando apropriado? (vide módulo G do manual para instruções sobre quando e como utilizar)	3
Os documentos de pré-qualificação são elaborados de maneira clara e completa, informando todos os requisitos de qualificação para a apresentação de propostas adequadas?	3
A informação financeira é exigida e analisada para avaliar a capacidade financeira para executar contratos?	2 (análise baseada exclusivamente em certidões)
PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
ANÚNCIO	
Os contratos que serão adjudicados através de licitação pública são publicados em meios de ampla circulação?	2 (a divulgação é feita somente pela internet)
Os prazos mínimos para obtenção da documentação e elaboração das propostas são observados? (favor consultar os prazos estabelecidos na legislação específica dos diferentes países)	3
PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
COMUNICAÇÕES ENTRE OS LICITANTES E ORGANISMO CONTRATANTE	
Solicitações de esclarecimentos são prontas e cabalmente respondidas por escrito a todos os possíveis licitantes?	3
Esclarecimentos, atas e minutas da reunião prévia à licitação, se for o caso, e eventuais modificações nos documentos de licitação são comunicados prontamente a todos os possíveis licitantes?	3
PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
RECEPÇÃO E ABERTURA DE PROPOSTAS	
As propostas recebidas são guardadas em local seguro até o prazo de vencimento? (ex. Cofre ou outro lugar seguro)?	3
A abertura de propostas ocorre em sessão pública?	3
Se a resposta à pergunta anterior é afirmativa, a sessão pública é realizada 48 horas após encerrado o prazo apresentação?	3
Os procedimentos de abertura das propostas estão geralmente previstos nas diretrizes? Preparam-se minutas?	3
PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
EXAME E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	
As avaliações são realizadas por comitês devidamente qualificados? (vide módulo L1 do manual)	2
A adequação das propostas é determinada com base nos requisitos explicitados nos documentos?	3
As avaliações são realizadas com rigor e fundamentadas nos critérios publicados nos documentos?	2
As avaliações são concluídas nos prazos originais de validade?	2
São elaborados relatórios de avaliação das propostas contendo toda a informação fundamental (vide módulo L e seus sub-módulos no manual)	2
PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)	
ADJUDICAÇÃO E INÍCIO DO CONTRATO	
O contrato é adjudicado ao licitante proponente da proposta mais baixa, desde que se considere que ela reúne as condições adequadas para executar o contrato de maneira satisfatória?	3
Os licitantes não selecionados recebem informação por escrito de que não se adjudicará a eles o contrato?	2 (informação geral publicada no site)
As condições de vigência estão explicitadas no contrato (ex. garantia de cumprimento, pagamentos antecipados, etc.)?	2

ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO	
Existe um sistema ativo de seguimento de contratos, manual ou eletrônico? Examinar amostra.	3
Existe processo de controle de recebimento dos bens ou da prestação de serviços que permita verificar quantidades, qualidade e pontualidade?	2
Os aditivos contratuais são tempestivos e feitos em conformidade com as condições contratuais e a prática estabelecida? (vide módulo N2)	3
As controvérsias contratuais são administradas por meio de sistema formal de solução de controvérsias/arbitragem? ((vide módulo O)	3
Os contratos de obras são supervisionados por engenheiros independentes ou por um gerente designado pelo projeto?	3
A execução dos contratos obedece os prazos estabelecidos e preços contratuais originalmente aprovados?	3
Os pagamentos finais e o término do contrato ocorrem em conformidade com o procedimento nacional pertinente (caso inexistente este último, em conformidade com o módulo O do manual)?	3
ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES	
Os funcionários de aquisições e contratações tem acesso a cópias da legislação nacional sobre aquisições e contratações (ex. lei, regulamentos, manuais/guias de usuário)?	3
As funções de aquisições e contratações e de gestão financeira estão segregadas?	3
SISTEMAS DE APOIO E CONTROLE	
Existem sistemas de auditoria independentes? São realizadas auditorias?	3
	2
A unidade dispõe de assessoramento jurídico e, caso afirmativo, existem dados que confirmem a utilização desse serviço?	(a UGP não conta com assessoramento jurídico próprio)
MANUTENÇÃO DE REGISTROS	
O organismo dispõe de registros completos de todo o processo? Isto compreenderia, p. ex., cópias de todos os anúncios públicos, documentos de pré-qualificação (se adotados), relatório de avaliação justificando as decisões de não haver selecionado alguns possíveis licitantes, documentos de licitação e possíveis alterações, atas de quaisquer possíveis reuniões prévias à licitação, atas da reunião de abertura das propostas, relatório de avaliação final das propostas (incluindo exposição detalhada das razões para aceitar ou rejeitar cada oferta, cópias das propostas, apelações contra procedimentos ou recomendações de adjudicação, cópia assinada do contrato definitivo e de quaisquer garantias de execução e de pagamento antecipado que possam ter ocorrido, etc.)	PONTUAÇÃO (1, 2 ou 3)
Existem registros adequados sobre a administração do contrato? (compreenderiam avisos contratuais enviados pelo fornecedor, pelo contratado, pelo comprador ou pelo empregador; registro detalhado de todas as ordens de câmbio ou modificação que impactem sua abrangência, as quantidades, os prazos ou o preço do contrato; registros de faturas e pagamentos; relatório de execução do contrato; certificados de inspeção, aceitação e execução; registros de reclamações e controvérsias e seus resultados, etc.)	2 (não dispõe do inteiro teor de todos os processos. Muitos ficam de posse do escritório central do IICA).
Existem relatórios periódicos sobre as atividades gerais de aquisições e contratações?	2
Existem registros dos valores dos contratos? Como são utilizados? Para construir índices nacionais de preços?	3
DOTAÇÃO DE PESSOAL	
Dispõe o organismo de quadros de pessoal capacitado em aquisições e contratações que satisfaçam as exigências do marco regulador nacional?	2

Apêndice 5: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 17/06/2016

Projeto : de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades PDPC – Projeto Paulo Freire

Empréstimo FIDA nr. I-882-BR/E-17-BR

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	A Conta operativa foi aberta em setembro/2013 no Banco Caixa Econômica Federal (CEF).
Seção B, 8	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 40,000,000).	anualmente	cumprido	Até 31/05/2016 (USD 4.063.073,27)
Seção C,1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SDA	anualmente	cumprido	
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	anualmente	cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Seção E, 3	Emenda. Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo, incluindo a Data de Conclusão e de Encerramento do Projeto	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 7	Agência Executora. A Agência Executora é a SDA, e preside o Comitê Diretor.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 10	Estrutura da UGP. A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foi aprovado pelo Fundo.	anualmente	cumprido	UGP criada através do Decreto 31.088, de 07/01/2013. Coordenadora nomeada em 01/06/2015
Anexo 1, II, 12	Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA. O Comitê cumpre as atribuições no tange ao projeto como definido no MIP. O Comitê aprovou o POA respectivo, o MIP, o Relatório de Auditoria	anualmente	<u>Não cumprido</u>	O Comitê não aprovou o POA e o MIP.
Anexo 1, II, 4	Comitês Locais do Projeto: Estão constituídos e operacionais.	anualmente	Cumprido	

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 1, II, 14	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. A Coordenação da UGP participa deste conselho.	A partir do segundo ano de projeto	<u>Cumprido parcialmente</u>	A UGP informou que participa da constituição do CEDRS por meio do Secretário da SDA e não pelo Coordenador da UGP
Anexo 1, II, 16	MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordó.	Início do projeto	Parcialmente cumprido	No que tange participação do CDRS
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	cumprido	
<u>Cláusulas das Condições Gerais</u>				
Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	Se mantém
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	atualizada
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário deverá abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	Contas (Dólar e Euro) abertas na Caixa Econômica Federal
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	cumprido	Gastos estão conforme o POA e Plano de Aquisições.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeocitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	anualmente	cumprido	
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	Cumprido	
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	cumprido	Algumas dificuldades
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	Automóveis UGO otimizado 100% Recursos de contrapartida
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	Cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados todos os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	Cumprido	
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	<u>Parcialmente</u> <u>cumprido</u>	Faltam dispor o Gerente de Aquisições e demais integrantes da equipe da UGP
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	Cumprido	Os registros e documentos necessitam estar de fácil acesso à UGP.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	<u>Não cumprido</u>	Em desenvolvimento previsto para 15/07/2016. Contudo o sistema SIAF do Estado possui controles adequados somente em moeda nacional.
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	anualmente	Cumprido	Enviado em 10/09/2015 (1º semestre/2015) e 01/04/2016 (2º semestre/2015)
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	Junho de 2017	Não se Aplica	-
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	Dezembro de 2019	Não se Aplica	
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	<u>Parcialmente Cumprido</u>	Efetuada em excel, com informações extraídas do Sistema Governamental em moeda nacional- Falta MIS
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente Até 30/04/A+1	Cumprido	Falta elaborar em moedas do contrato
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	Anualmente	Cumprido	
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	Anualmente Até 30/06/A+1	Cumprido	Enviado na Missão
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	Cumprido	Relatórios Semestrais Financeiros enviados
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	cumprido	

